



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

CRISTIANE LAMEIRA VASCONCELLOS

**A POLÍTICA DE URBANIZAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ,
CAMPUS MARCO ZERO DO EQUADOR: DO PLANEJAMENTO À GESTÃO DO
ESPAÇO PÚBLICO**

FORTALEZA – CEARÁ

2019

CRISTIANE LAMEIRA VASCONCELLOS

A POLÍTICA DE URBANIZAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ,
CAMPUS MARCO ZERO DO EQUADOR: DO PLANEJAMENTO À GESTÃO DO
ESPAÇO PÚBLICO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de Concentração. Planejamento e Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Roselane Gomes Bezerra

FORTALEZA – CEARÁ

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Vasconcellos, Cristiane Lameira .

A política de urbanização na Universidade Federal do Amapá, Campus Marco Zero Do Equador: do planejamento à gestão do espaço público [recurso eletrônico] / Cristiane Lameira Vasconcellos. - 2019.

1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 111 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, Fortaleza, 2019.

Área de concentração: Planejamento e políticas públicas.

Orientação: Prof.^a Dra. Roselane Gomes Bezerra.

1. Planejamento . 2. Gestão. 3. Território. 4. Urbanização. 5. Saneamento. I. Título.

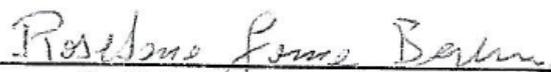
CRISTIANE LAMEIRA VASCONCELLOS

A POLÍTICA DE URBANIZAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ,
CAMPUS MARCO ZERO DO EQUADOR: DO PLANEJAMENTO À GESTÃO
DO ESPAÇO PÚBLICO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Aprovada em: 19/07/2019

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Roselane Gomes Bezerra (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará - UFC



Prof. Dr. Alexandre Gomes Galindo
Universidade Federal do Amapá - UNIFAP



Prof. Dr. Cláudio Márcio Campos de Mendonça
Universidade Federal do Amapá - UNIFAP

Às pessoas mais importantes da minha vida: minha mãe Maria Elizabete Lameira Vasconcellos, meu pai Raymundo Eládio Costa Vasconcellos, meu esposo Emanuel Carvalho Moura e meu filho João Emanuel Vasconcellos Moura.

AGRADECIMENTOS

À Deus, criador supremo do universo, por todas as bênçãos que me concedeu nesta vida.

À minha família, meus pais e irmãos, em especial à minha Maria Elizabete Lameira Vasconcellos por estar ao meu lado auxiliando e revezando os cuidados na criação de meu primeiro filho.

À minha orientadora Roselane Gomes Bezerra pelo direcionamento desta pesquisa, apesar de todas as dificuldades de uma orientação à distância

Aos colegas de trabalho na Universidade Federal do Amapá e aos servidores que lutaram para a consolidação deste mestrado.

A todos os colegas de classe que colaboraram e contribuíram muito com o processo de aprendizado.

E, ao professor Alexandre Gomes Galindo pelas valorosas contribuições feitas no momento da qualificação.

“A pluralidade é a condição da ação humana porque todos somos iguais, isto é, humanos, de um modo tal que ninguém jamais é igual a qualquer outro que viveu, vive ou virará”.

(Hannah Arendt)

RESUMO

A Política da Urbanização na Universidade Federal do Amapá – Campus Marco Zero do Equador: Do Planejamento à Gestão do Espaço Público. Apresenta um recorte sobre o processo histórico de ocupação e construção do espaço urbano da UNIFAP no município de Macapá, relacionando as atividades de Planejamento e Gestão Governamental. Procurou-se investigar quais os principais instrumentos que balizaram o processo de expansão do campus universitário, bem como verificar a percepção da comunidade universitária na dimensão de saneamento da infraestrutura existente. Para o desenvolvimento desta pesquisa foram consultadas referências de planejamento urbano, saneamento e além de documentos publicados no site da universidade. A pesquisa qualitativa apresenta o resultado de entrevistas realizadas com gestores que atuaram no processo de planejamento do espaço institucional. A investigação apontou que a construção dos espaços deve estar em consonância aos dispositivos legais, seja em âmbito nacional, regional e municipal, mas, sobretudo, deve proporcionar uma maior participação da comunidade. Dentre os desafios para novos gestores, percebe-se a necessidade de diálogo com a comunidade devido à sinalização de cortes de recursos orçamentários que devem afetar não só a UNIFAP, mas em todas as universidades federais do país.

Palavras-chave: Planejamento. Gestão. Território. Urbanização. Saneamento.

ABSTRACT

The Urbanization Policy of the Federal University of Amapá - Marco Zero Campus of Ecuador: Conduct Public Space Management Planning. It presents a compilation of history of occupation and the construction of the urban space of the UNIFAP in the municipality of Macapá, relating them with the activities of Planning and Government Management. It was sought to investigate the main instruments that led to the expansion of the university campus, as well as to verify the perception of the university community regarding the sanitation dimension of the existing infrastructure. For the development of this research were referenced references of urban planning, sanitation and in addition to documents published on the university website. The qualitative research presents the result of interviews with managers who work in the process of planning the institutional space. The research was intended to construct spaces in line with legal provisions, be it at the national, regional and municipal level, but, above all, a greater participation of the community. The challenges for the new gestures, perceive the need for a dialogue with a community due to the signaling of budget cuts that should be affected, not only by UNIFAP, but in all the federal colleges of the country.

Keywords: Planning. Management.Territory.Urbanization.Sanitation

LISTA DE FIGURAS

Figura 1-	Caracterização da área de estudo.....	20
Figura 2 -	Localização e áreas doadas.....	21
Figura 3 -	Localização futuras áreas urbanizadas PDI, 2015-2019.....	22
Figura 4 -	Ciclo de Políticas Públicas.....	28
Figura 5 -	Fluxograma de Procedimentos Licitatórios.....	29
Figura 6 -	Mapa do Estado do Amapá.....	39
Figura 7 -	Localização do Campus - Plano Diretor de Macapá.....	43
Figura 8 -	Divisão do campus em setores.....	44
Figura 9 -	Edificações da área da saúde (SETOR 1).....	45
Figura 10 -	Via de acesso em frente ao setor saúde (SETOR 1).....	47
Figura 11 -	Via em frente ao prédio do ambulatório (SETOR 1).....	47
Figura 12 -	Via de acesso e prédio ambulatório (SETOR 1).....	48
Figura 13 -	Espaço entre as edificações DCBS e Fármacos (SETOR 1)...	48
Figura 14 -	Espaço entre as edificações DCBS e Fármacos (SETOR 1)...	49
Figura 15 -	Construção Ambulatórios, 2012.....	49
Figura 16 -	Construção Ambulatórios, 2015.....	50
Figura 17 -	Placa da obra ambulatórios, 2018.....	50
Figura 18 -	Prédio dos Ambulatórios, 2018.....	51
Figura 19 -	Salas, Administração, Laboratórios (SETOR 2).....	52
Figura 20 -	Bloco 28 (Coordenação dos professores).....	54
Figura 21 -	Bloco 1 (A).....	55
Figura 22 -	Marcação de sítio arqueológico pelo IPHAN.....	56
Figura 23 -	Administrativo, Serviços e Pós-Graduação (SETOR 3).....	57
Figura 24 -	Acesso principal da universidade.....	58
Figura 25 -	Garagem, Departamento de Educação e Exatas (SETOR 4)...	59
Figura 26 -	Centro de Educação, 2014 e 2019.....	60
Figura 27 -	Esporte e lazer. Salas de Aula (SETOR 5).....	61
Figura 28 -	Campo de futebol, 2011.....	62
Figura 29 -	Pista de Atletismo e campo de futebol.....	62
Figura 30 -	Hospital Universitário em construção.....	63
Figura 31 -	Ocupação Casa do Estudante – UNIFAP, 23/10/2018.....	64

Figura 32 - Projeto Urbanização -Farmácia Escola e Ambulatórios (SETOR 1).....	68
Figura 33 - Maquete anteprojeto ampliação UBS.....	69
Figura 34 - Construção da Nova Biblioteca Central(SETOR 3).....	70
Figura 35 - Centro de Línguas (SETOR 4).....	71
Figura 36 - Urbanização da área do DCET (SETOR 4).....	72
Figura 37 - Complexo Poliesportivo (SETOR 5).....	73
Figura 38 - Maquete com localização do futuro Complexo Poliesportivo (SETOR5).....	74
Figura 39 - Centro de Convivência e implantação de entorno (SETOR 5).....	75
Figura 40 - Implantação do Hospital Universitário (SETOR 6).....	76
Figura 41- Urbanização do entorno da área do estudante (SETOR 7).....	77
Figura 42 - Postagem de rede social - Campus Marco Zero do Equador.....	87

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Histórico de construções (SETOR 1)	46
Tabela 2 -	Histórico de construções (SETOR 2)	53
Tabela 3 -	Histórico de construções (SETOR 3)	58
Tabela 4 -	Histórico de construções (SETOR 4)	59
Tabela 5 -	Histórico de construções (SETOR 5)	61
Tabela 6 -	Histórico de construções (SETOR 6)	63
Tabela 7 -	Histórico de construções (SETOR 7)	64
Tabela 8 -	Histórico de construções (SETOR 8)	65
Tabela 9 -	Composição do orçamento geral da UNIFAP.....	78
Tabela 10 -	Súmula respostas gestores técnicos.....	79
Tabela 11 -	Súmula respostas gestores estratégicos.....	82

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	METODOLOGIA E DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	18
3	PLANEJAMENTO URBANO E UNIVERSITÁRIO.....	26
4	GESTÃO DOS ESPAÇOS E O HOMEM.....	32
4.1	O ESPAÇO URBANO DO ESTADO DO AMAPÁ.....	37
5	A EXPANSÃO URBANA DO CAMPUS MARCO ZERO DO EQUADOR...	43
5.1	A ANÁLISE DOS DADOS DE ENTREVISTAS E QUESTIONARIOS.....	79
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
	REFERÊNCIAS.....	92
	ANEXO.....	98
	ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA.....	99
	APÊNDICES.....	102
	APENDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	103
	APENDICE B – QUESTIONÁRIO GESTORES.....	107
	APENDICE C – QUESTIONÁRIO COMUNIDADE ACADÊMICA.....	108
	APENDICE D - ENTREVISTAS GESTORES.....	110
	APENDICE E - QRCODE DO QUESTIONÁRIO COMUNIDADE ACADÊMICA.....	111

1 INTRODUÇÃO

A Fundação Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) é considerada uma das principais instituições de ensino superior do Estado do Amapá. Referência em educação superior desde a sua criação (1990), possui o campus sede Marco Zero do Equador, localizado a rodovia Juscelino Kubitschek Km 02, município de Macapá – Ap, seu principal campus universitário.

Ao longo de seus 29 anos de existência, tem-se a impressão que sua expansão e ocupação do solo se fez sem bases em uma política de desenvolvimento urbano. Desta forma, espera-se a partir desta pesquisa investigar como se desenvolveu o processo de ocupação e gestão urbana campus Universitário Marco Zero do Equador.

Um dos objetivos estratégicos previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional- PDI¹ 2015-2019 - visa fortalecer a política de governança pública, de forma a estimular ações estratégicas e mecanismos que garantam formas de participação da comunidade acadêmica e da sociedade nas decisões e controle da gestão da instituição, além de estar em conformidade com os órgãos de controle externo.

A sustentabilidade é um dos princípios norteadores gerais das práticas acadêmicas, sendo a responsabilidade socioambiental o compromisso de uma instituição que se preocupa com as consequências de suas ações no meio ambiente, através de uma gestão estratégica dos impactos sociais e ambientais, para reduzir o consumo, otimizar processos e desenvolver uma cultura organizacional sustentável (PDI 2015-2019).

Com vistas a fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais, e tornar mais efetivo o vínculo da instituição com a comunidade, torna-se imprescindível conhecer o processo de urbanização do campus universitário Marco Zero do Equador, para refletir sobre as ações em conformidade com a política nacional de urbanização.

¹ O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é o documento norteador do planejamento estratégico de uma Instituição de Ensino Superior (IES). Nele constam as estratégias, objetivos, metas e ações que serão adotadas para se atingir a missão da IES. O documento traz também as ações de gestão da instituição, no que tange à sua organização administrativa, financeira e orçamentária, de infraestrutura e responsabilidade de inclusão social e desenvolvimento. Fonte: Disponível em: <<http://www2.unifap.br/pdi/>> . Acesso em: 08 abr. 2019.

A expansão física do campus vem a demandar o uso indissociável de recursos naturais, tais como: a supressão de áreas verdes, a impermeabilização do solo, a geração de resíduos, entre outros fatores que alteram o meio ambiente e comprometem o clima e qualidade de vida na área institucional.

Verificou-se a partir do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2015-2019), uma lista de 31 obras de investimentos em infraestrutura a serem executadas em cinco campi da universidade, nos seguintes municípios: Macapá, Santana, Mazagão, Oiapoque e Calçoene. No entanto, a maioria dos empreendimentos estava previsto para ser executado no campus universitário Marco Zero do Equador até o ano de 2019.

A partir dessa constatação, observou-se diversas situações diante do volume de obras e gestão de todos esses novos espaços, seja em função do planejamento urbano como da capacidade de recursos e do processo histórico de construções, para visualizar o processo de planejamento e compreender a dinâmica de ocupação do solo no campus.

Sem deixar de refletir sobre a função social da cidade, a preservação ambiental, a memória e a gestão participativa como ferramenta indispensável da democracia, apresentam-se as seguintes questões norteadoras: Como se desenvolveu o processo de ocupação e gestão urbana no campus Marco Zero Equador da Universidade Federal do Amapá, sob o ponto de vista da comunidade universitária? Quais os principais instrumentos utilizados no balizamento de gestão urbana no campus Marco Zero do Equador e como tem se consolidado as ações de definição, construção e ocupação dos espaços dentro da cidade universitária? Quais os principais efeitos percebidos que estão relacionados com o processo de ocupação dos espaços no campus Marco Zero do Equador sob as dimensões de infraestrutura de saneamento?

O processo de construção e transformação do espaço público dentro dos territórios universitários demanda uma consulta prévia às partes interessadas. Professores, estudantes, técnicos, assim como a comunidade externa podem contribuir para a construção do espaço público urbano de forma mais sustentável e democrática, haja vista que os campi universitários funcionam como verdadeiras cidades e precisam ser planejados para o atendimento das necessidades atuais e futuras.

A justificativa desta pesquisa é resultado de diversas situações. A primeira motivação deve-se ao fato de fazer parte de uma unidade administrativa da universidade - prefeitura do campus - responsável pelo desenvolvimento de projetos e execução de obras da instituição. Um setor estritamente técnico com competências específicas e limitadas, e que está constantemente respondendo aos órgãos de controle interno e externo sobre questões que ultrapassam as jurisdições da unidade.

A segunda deve-se a dificuldade em conseguir aprovações de projetos em diversos órgãos e concessionárias de serviços públicos, tais como: o Alvará de Construção junto à Prefeitura Municipal, aprovação de projetos de instalações elétricas junto à Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), aprovação do projeto hidrossanitário junto à Companhia de Água e Esgoto do Estado do Amapá (CEASA) e a aprovação do projeto de prevenção e combate a incêndio junto ao corpo de bombeiros do Estado, por falta de um plano geral de expansão urbana do campus universitário. As aprovações são atos imprescindíveis previstos na lei de licitações e contratos administrativos da Administração Pública.

A terceira deve-se em função de verificar a ocorrência de situações de paralisação de obras por parte Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) devido à ausência de estudos de prospecção arqueológica em determinadas áreas caracterizadas como regiões de possíveis sítios arqueológicos.

A quarta deve-se a falta de delimitação de áreas de preservação ambiental ou áreas verdes no campus confrontando a política nacional de meio ambiente, além da falta de estudos de impactos ambientais exigidos por diversos órgãos de controle.

A quinta deve-se a falta de recursos para prosseguimentos de obras e projetos previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2015-2019), tendo em vista que vários processos administrativos retornaram à unidade técnica da prefeitura universitária - Assessoria Especial de Engenharia e Arquitetura (AEEA) - por falta de recursos orçamentários.

Por outro lado, vê-se hoje, mais acentuadamente nas plataformas/mídias digitais, a indignação e insatisfação da sociedade na cobrança por melhores serviços públicos e maior agilidade para a resolução de grandes problemas em um

curto espaço de tempo. No entanto, a comunidade desconhece os desdobramentos legais e a dinâmica do processo de gestão do espaço público.

Diante dessas questões, tem-se como objetivo descrever o processo histórico de ocupação e expansão urbana do campus universitário Marco Zero do Equador, identificando os principais instrumentos utilizados que balizaram o planejamento urbano da cidade universitária. Como objetivos específicos, espera-se: apresentar o mapeamento histórico de construção no campus e apresentar os principais efeitos percebidos pela comunidade sob as dimensões de infraestrutura de saneamento na área do campus universitário Marco Zero do Equador.

Nesse sentido, o estudo visa estabelecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais, e tornar mais efetivo o vínculo institucional com a comunidade, de forma que os futuros gestores possam dialogar e refletir sobre novos desafios para o desenvolvimento de uma política urbana democrática e sustentável. Como pergunta partida: Como a comunidade universitária interpreta o processo de ocupação e gestão urbana na área do Campus Marco Zero do Equador da Universidade Federal do Amapá?

Considerando a relevância social, ambiental e econômica que está relacionada ao planejamento urbano, deseja-se contribuir para que os futuros gestores possam refletir como melhor atender às necessidades de espaços e condições de infraestrutura para a comunidade.

A estrutura da dissertação compõe-se em 5 capítulos, sendo o primeiro a introdução, que apresenta o tema, a justificativa, objetivos e a estrutura deste trabalho. O segundo capítulo traz uma breve visão sobre a metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa e descrição da área de estudo. O terceiro capítulo faz referência sobre planejamento urbano universitário, apresentando alguns conceitos de planejamento e instrumentos. No capítulo 4 será apresentada uma reflexão sobre o espaço e o homem no âmbito do Estado do Amapá. O capítulo 5 apresenta a pesquisa de campo documental e resultados da pesquisa social sobre o processo histórico de construção e transformação do espaço. Ao final, serão apresentadas as considerações finais, anexos e apêndices.

2 METODOLOGIA E DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Para o delineamento deste trabalho traçou-se as algumas atividades. A primeira parte tratou da pesquisa bibliográfica sobre conceitos de planejamento e gestão urbana. Posteriormente, buscou-se realizar a pesquisa documental da universidade, levantando os diversos materiais publicados sobre o processo de construção dos espaços da universidade, tabulando alguns dados de construção (passado, presente e futuro), incluindo registros fotográficos e de recorte de projetos de urbanização dos novos espaços.

A pesquisa bibliográfica compreendeu consulta e leitura de obras, tais como: livros, teses, dissertações, artigos científicos e publicações periódicas que possibilitaram a obtenção de informações e conhecimentos sobre a temática de planejamento e gestão pública no contexto da política de desenvolvimento urbano sustentável nas instituições federais de ensino superior (IFES).

Para Gil (1999, p. 46), a pesquisa documental apresenta uma série de vantagens. Primeiramente, há que se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica.

O desenvolvimento da pesquisa documental constituiu-se no recorte de documentos públicos primários tais como: imagens, fotografias, memorandos, mapas, diários oficiais, ofícios, ordens de serviços, projetos e termos de recebimento de obras, além de dados secundários provenientes de relatórios e tabelas.

A terceira fase da pesquisa deu-se com elaboração de dois questionários *online*, a fim de obter o ponto de vista da comunidade universitária. O primeiro foi destinado exclusivamente aos servidores gestores. E o segundo questionário para a comunidade universitária de modo geral, a fim de obter o ponto de vista sobre a infraestrutura até então existente do espaço construído.

Com o objetivo de aprofundar a resposta dos questionários foram realizadas entrevistas com alguns gestores que atuaram durante a trajetória de fundação da universidade até o presente momento.

Considera-se esta pesquisa como descritiva, na qual para Gil (1999), as pesquisas descritivas têm como finalidade principal a descrição das características

de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

Selltiz et al. (1965) busca descrever um fenômeno ou situação em detalhe, especialmente o que está ocorrendo, permitindo abranger, com exatidão, as características de um indivíduo, uma situação, ou um grupo, bem como desvendar a relação entre os eventos. Vergara (2000, p. 47) argumenta que a pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza. "Não têm o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação".

Por outro lado, Castro (1976) considera que a pesquisa descritiva apenas captura e mostra o cenário de uma situação,

"Quando se diz que uma pesquisa é descritiva, se está querendo dizer que se limita a uma descrição pura e simples de cada uma das variáveis, isoladamente, sem que sua associação ou interação com as demais sejam examinadas" (CASTRO, 1976, p. 66).

Hymann (1967) indica pesquisa como descritiva, na qual descreve um fenômeno e registra a maneira que ocorre e, também como experimental, quando há interpretações e avaliações na aplicação de determinados fatores ou simplesmente dos resultados já existentes dos fenômenos.

Boente; Braga (2004) caracterizam os objetivos da descritiva dentro de análises quantitativas e qualitativas, quando há um levantamento de dados e o porquê destes dados. Segundo os procedimentos de coleta, a pesquisa bibliográfica e documental tem como ponto de partida, a revisão de literatura.

Triviños (1987) adverte que a abordagem de cunho qualitativo trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto. O uso da descrição qualitativa procura captar não só a aparência do fenômeno como também suas essências, procurando explicar sua origem, relações e mudanças e tentando intuir as consequências.

Para Bogdan e Biklen (1982), a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento. Segundo os autores, a pesquisa qualitativa supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada via de regra, por meio do trabalho intensivo de campo, no qual os dados coletados são

predominantemente descritivos. O material obtido nessas pesquisas é rico em descrições de pessoas, situações, acontecimentos, fotografias, desenhos, documentos, etc. Todos os dados da realidade são importantes.

Durante a pesquisa de campo, o conhecimento da área de estudo foi essencial para entender como o espaço urbano do campus universitário está organizado, de que maneira os seus objetos fixos estão associados com as necessidades da população universitária. Além de verificar se como planejamento universitário está sendo preparado para a gestão futura. A gestão é a efetivação, longe de serem concorrentes ou intercambiáveis, planejamento e gestão são distintos e complementares (SOUZA,2015).

A Fundação Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), em seu espaço oferta diversos cursos nas áreas das humanas, exatas, biológicas, além de programas de extensões a comunidade universitária e civil. Segundo dados obtidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (2010-2014), dos 929.517,00 m² de área do terreno, apenas 31.623,40 m² estavam edificadas.

Figura 1- Caracterização da área de estudo



Fonte: Imagem Google, 2017 com adaptações da autora

O espaço territorial faz limites com as seguintes vias: Rua Amadeu Gama, Rua Inspetor Amorés, Rua Ivanildo Alves Veras, Rua do Estádio Zerão e Rodovia JK. Destaca-se que não fará parte desta pesquisa investigatória o processo histórico

de doação de terrenos compreendidos ao longo da Rua Ivanildo Alves Veras, cuja demarcação está destacada na figura seguinte em vermelho. (Figura 2).

Figura 2 - Localização e áreas doadas



Fonte: autora, 2017 – Imagem Google com adaptações

Desde a fundação da universidade no ano de 1990, por meio do decreto² do Presidente da República a época José Sarney, identificou-se que a instituição passou por período de quase 12 anos sob gestão *pro-tempore*. O processo democrático de eleição para reitor ocorreu somente no ano de 2001³.

Nos últimos anos, observou-se no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2015-2019) uma lista de diversos projetos planejados para melhorias das condições de infraestrutura. Nesse sentido, procurou-se situar as futuras áreas urbanizadas⁴ no Campus Universitário Marco Zero do Equador, bem como os projetos que possuem maior relevância orçamentária, tais como: Construção do Hospital Universitário, Construção da Biblioteca Central, Construção do Complexo Poliesportivo, Construção do Centro de Línguas/ Letras e Artes; Construção do

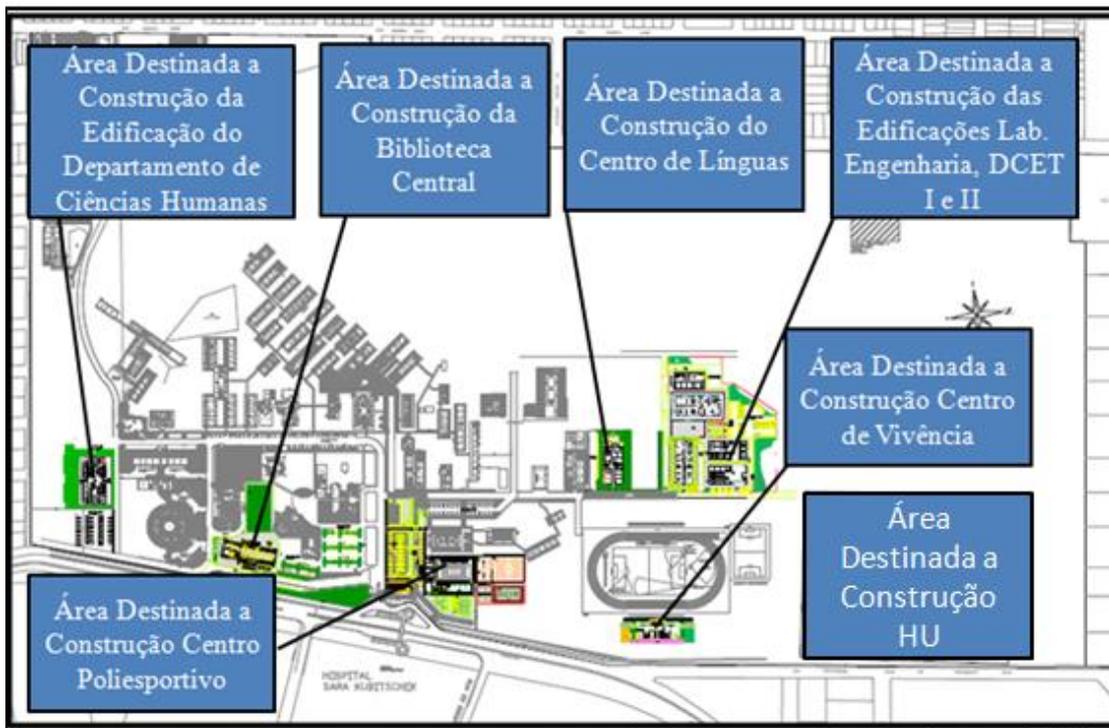
² Decreto disponível em <<http://www2.unifap.br/reitoria/documentos-importantes/>> Acesso em 4 abril de 2019.

³ Portal da Universidade Federal do Amapá. Disponível em: <<http://www.unifap.br/public/index/view/id/5347>> Acesso em: 4 abr.2019.

⁴ Área urbanizada - área legalmente definida como urbana, caracterizada pela presença de construções, loteamento, arruamento, intensa ocupação humana e transformações decorrentes do desenvolvimento urbano. Fonte: Áreas urbanizadas do Brasil 2015. <https://www.ibge.gov.br/apps/areas_urbanizadas/>

Laboratório de Engenharia Civil, Construção dos Prédios de Departamento de Ciências Exatas e Tecnológicas I e II, Construção do Prédio do Departamento de Filosofias e Ciências Humanas (figura 3).

Figura 3 - Localização futuras áreas urbanizadas PDI, 2015-2019



Fonte: autora, informações AEEA, 2017

A pesquisa social versou na aplicação de questionário para uma amostra da comunidade universitária do campus Marco Zero do Equador. Preliminarmente, concebeu-se a formulação do questionário *online* (apêndice C) aplicado para a população de técnicos, professores e alunos. Vislumbrando-se a participação de outros usuários, abriu-se uma alternativa no questionário para a participação da sociedade em geral.

Segundo Oliveira (1999), questionário é um instrumento que serve de apoio ao pesquisador para coleta de dados e apresenta aspectos importantes como a necessidade de reunir as informações relevantes à pesquisa, apresentar linguagem adequada e estar em conformidade com a situação que se deseja esclarecer.

Para a realização de pesquisa com a população universitária, pensou-se primeiramente em aplicar um questionário piloto, com o objetivo de testar, avaliar e

aprimorar o instrumento de pesquisa. Bailer, Tomitch, Dely, (2011), destacam que o questionário piloto consiste em um instrumento de análise que permite avaliar a validade do método, identificar possíveis falhas da pesquisa para aprimorar os pontos necessários visando o refinamento metodológico da pesquisa.

O questionário foi direcionado à comunidade universitária por meio de e-mails, aplicativo de celular (*WhatsApp*) e Facebook, no intuito de ampliar a divulgação da pesquisa para a comunidade. Estabeleceu-se como critério de eliminação, a exclusão de participantes menores de 18 anos, devido à necessidade de autorização dos pais para a participação da pesquisa.

Mediante a aplicação do questionário foi verificado os principais anseios do espaço universitário pela comunidade sobre a infraestrutura existente. Para Marconi e Lakatos (2007) o questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas sem a presença do entrevistador.

Estima-se com base na lista final de votantes da última consulta prévia 2018⁵ para escolha de reitor e vice-reitor da Universidade Federal do Amapá, quadriênio 2019 – 2022, que a população do Campus Marco Zero do Equador é composta por 10.013 (dez mil e treze) usuários diretos. Dos quais 458 (quatrocentos e cinquenta e oitos) correspondem à categoria de técnicos administrativos, 494 (quatrocentos e noventa e quatro) docentes e 9061 (nove mil e sessenta e um) discentes provenientes de cursos de graduação e pós-graduação (presencial e distância).

Na perspectiva de dalfovo; Lana; Silveira, (2008 apud MARCONI; LAKATOS, 2002) que definem pesquisa aplicada as ciências sociais como instrumento fundamental para a resolução de problemas coletivos, desejava-se obter algumas contribuições da pesquisa do campo de resposta aberta (apêndice C).

Em relação à temática de gestão, enviou-se o questionário *online* (apêndice B) para uma amostra de gestores envolvidos no processo de urbanização do campus Marco Zero do Equador. Aos que se sinalizaram o interesse em participar de uma entrevista, além do questionário *online*, complementou-se com um breve roteiro de 3 (três) perguntas estruturadas (apêndice D)

⁵Fonte: Disponível em :<<http://www2.unifap.br/consulta-previa/http://www.unifap.br/public/index/view/categoria/7/page/1/id/10168>>. Acesso em:17 nov. 2018.

Para a realização da entrevista com ex-gestores e gestores atuais, foram elaboradas perguntas com objetivos de entender os instrumentos de base do processo de ocupação e expansão do espaço urbano universitário, de que maneira ele atende às necessidades desses indivíduos. Para o tratamento das respostas pensou-se na análise de conteúdo de modo em que se possa construir uma planilha com as ideias centrais, identificando-se categorias.

Para Cassab (2003), a entrevista tem como objetivo conhecer e aprofundar conhecimentos sobre determinada realidade, estruturas sociais e processos históricos, buscando obter uma visão mais concreta da dinâmica do funcionamento e das várias etapas da trajetória do grupo social a que pertencem. As entrevistas permitem obter informações sobre as percepções, sentimentos e atitudes do ponto de vista dos interessados, possibilitando respostas abertas, sem as limitações de escolha que caracterizam os questionários.

De acordo com Gil (1999), a entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizadas nas pesquisas sociais. Esta técnica de coleta de dados é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam e desejam, assim como suas razões para cada resposta.

Segundo Cervo & Bervian (2002, p. 27), “observar é aplicar atentamente os sentidos físicos a um amplo objeto, para dele adquirir um conhecimento claro e preciso”. Para esses autores, a observação é vital para o estudo da realidade e de suas leis. Nesse sentido, buscou-se explorar o processo de ocupação do campus.

Para Zikmund (2000), os estudos exploratórios, geralmente, são úteis para diagnosticar situações, explorar alternativas ou descobrir novas ideias. Esses trabalhos são conduzidos durante o estágio inicial de um processo de pesquisa mais amplo, em que se procura esclarecer e definir a natureza de um problema e gerar mais informações que possam ser adquiridas para a realização de futuras pesquisas conclusivas.

Bogdan & Biklen (2003, apud OLIVEIRA, 2011) relata que a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento. Segundo os autores, a pesquisa qualitativa supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada via de regra, por meio do trabalho intensivo de campo.

Os procedimentos metodológicos articulados às tecnologias da informação e comunicação (TICs) para mapeamento do processo de construções e ocupação no espaço territorial foram eficazes para o conhecimento da área. A partir do uso do computador e da internet, utilizou-se as ferramentas *Google Map* e *Google Earth* para verificação da realidade espacial em alguns momentos. De outro lado, realizou-se a observação em campo de transformações do espaço.

Os resultados desta pesquisa serão apresentados por meio de tabelas, gráficos e quadros, o que favorecerá a análise e interpretação. As questões dicotômicas e de múltipla escolha serão analisadas utilizando estatística descritiva e a questão aberta, através de análise de frequência de palavras e de conteúdo.

As tabelas apresentam o número da edificação (numeração feita na imagem de satélite extraída *Google Maps* ou *Google Earth*), seguida do nome da edificação, a área da edificação, a situação e o ano da conclusão. Os dados foram coletados a partir de projetos e documentos da prefeitura do campus/Assessoria Especial de Engenharia e Arquitetura (AEEA). Durante a coleta de dados, notou-se algumas incompatibilidade de informações. Os espaços em branco nas tabelas, deve-se a não identificação de informações

Esta pesquisa procurou atender à Resolução CNS 466/2012, visto que foi submetida antes ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Amapá.

Considerando-se a abordagem qualitativa, as entrevistas foram interpretadas de acordo com metodologia de análise de conteúdo de Laurence Bardin (2011), no qual se procurou categorizar a fala dos participantes com a síntese das ideias centrais.

O projeto desta pesquisa encontra-se registrado na Plataforma Brasil⁶ com o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 08912819.0.0000.0003, sendo aprovado pelo CEP/UNIFAP por meio do parecer 3.237.550 em 01 de abril de 2019.

⁶ Disponível em <http://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf>

3 PLANEJAMENTO URBANO E UNIVERSITÁRIO

O objetivo deste capítulo é estabelecer o conceito de planejamento ao ciclo de políticas públicas, apresentando o papel do gestor no processo de tomada de decisão diante de diversas demandas da sociedade, além de compreender que o planejamento governamental deve estar de acordo com os diversos procedimentos e leis vigentes.

Na acepção da palavra, planejar remete ao futuro, significa tentar prever a evolução de um fenômeno (SOUZA, 2002). Considerada uma atividade dinâmica que se opõe ao imprevisto total, o planejamento busca orientar as decisões futuras a partir de informações disponíveis.

Na Administração Pública trabalha-se com a ideia de planejamento governamental, o que torna a atividade de planejar ainda mais complexa, pois para realizá-la é preciso conhecer as formas de operação do Estado⁷, as circunstâncias e possibilidades políticas de atuação. Santos (2011) explica que:

“[...] planejamento governamental deve estar nas relações entre Estado, sociedade civil e esfera pública; no papel do Estado; nos dilemas entre política e análises de políticas; e nos assuntos que decorrem dessas relações”.

Souza (2012, p.46) destaca que o “planejamento é a preparação para a gestão futura, buscando-se evitar ou minimizar os problemas”. Tal como Carlos Matus (1996, p.14), expressou: “Planejar é sinônimo de conduzir conscientemente, não existirá alternativa ao planejamento. Ou planejamos ou somos escravos da circunstância.”

Uma boa atividade de planejamento depende do reconhecimento da realidade territorial, pois no território é produzida e refletida a historicidade das

⁷ Para Nader, “Atualmente, Estado é um complexo político, social e jurídico, que envolve a administração de uma sociedade estabelecida em caráter permanente em um território e dotado de poder autônomo.” [NADER, Paulo. Introdução ao estudo do direito. 26.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006. p.130].

HÖFLING destaca que é possível se considerar Estado como o conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico. HÖFLING, ELOISA DE et al. Estado e políticas (públicas) sociais. Cadernos Cedes, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539>> Acesso em: 5 abr. 2019.

relações políticas e sociais, as relações de poder, que definem quem e como se ocupam e utilizam os territórios (BRASIL, 2013). Oliveira (2006) completa que:

o processo de planejamento é um processo de decisão político que depende de informações precisas, transparência, ética, temperança, aceitação de visões diferentes e vontade de negociar e buscar soluções conjuntamente que sejam aceitáveis para toda a sociedade e principalmente para as partes envolvidas. (OLIVEIRA, 2006, p.45)

Ao se falar em planejamento urbano discute-se diversas temáticas relacionadas às condições de ocupação do solo, construção, saneamento, acessibilidade, transporte, coleta de resíduos, ambientais, dentre outras de interesse coletivo. Nesse sentido, o planejamento do espaço universitário também não é diferente, pois os campi universitários funcionam de modo semelhante a uma cidade.

As Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) possuem o planejamento elaborado por meio de um modelo de Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) proposto pelo governo⁸. De acordo com a Lei 5.540 de 1968, a organização espacial das universidades apresenta as seguintes características: conforme artigo 2º.

- a) unidade de patrimônio e administração;
- b) estrutura orgânica com base em departamentos reunidos ou não em unidades mais amplas;
- c) unidade de funções de ensino e pesquisa, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes;
- d) racionalidade de organização, com plena utilização dos recursos materiais e humanos; (BRASIL, 1968d).

A estrutura administrativa da universidade se modifica de acordo com a política de governo (vide organogramas em PDIs e relatórios de gestão). Os cursos de graduação e pós-graduação vinculam-se a determinados departamentos da instituição. Sendo estes, os responsáveis por coletar as demandas dos colegiados de cursos. Tais demandas são submetidas às unidades administrativas superiores para deliberação das ações e metas da universidade que serão descritas no PDI.

Uma das metas previstas no PDI institucional 2010-2014, destacava a ampliação da infraestrutura física da instituição orientada com base em Plano Diretor a ser elaborado pela comunidade universitária e submetido à apreciação das instâncias deliberativas competentes da UNIFAP (PDI, p.44-45).

⁸ Decreto nº 5.773 de 09 de maio de 2006, Artigo 16 (BRASIL, 2006).

Antes de planejar a construção de um novo espaço, os gestores devem realizar um diagnóstico da situação existente e verificar leis e normativas vigentes. Essa premissa possibilitará conhecer os limites de atuação e a definição de prioridades diante de diversas demandas da comunidade. A ideia é garantir que a população beneficiada com a ação pública seja a que mais necessita da atuação do Estado.

Nesse sentido, é fundamental estabelecer a relação com as etapas de um ciclo de uma política pública (figura 4). A primeira fase consiste na identificação de um problema social e posterior inclusão na agenda pública. A partir desse ponto devem ser verificadas diversas possibilidades de alternativas para soluções dos problemas coletivos. Tais soluções são apresentadas aos gestores que possuem o poder de decisão sobre a escolha de qual demanda social deve passar para a fase de planejamento da execução. Após implementada, a política pública deve ser avaliada sobre o alcance dos resultados obtidos e reformulada na identificação de novos problemas, fechando assim, o ciclo. (TCU, 2015)

Figura 4 - Ciclo de Políticas Públicas



Fonte: Disponível em <<https://politicaspUBLICAS.almg.gov.br/sobre/index.html>> Acesso: 4 abr.2019.

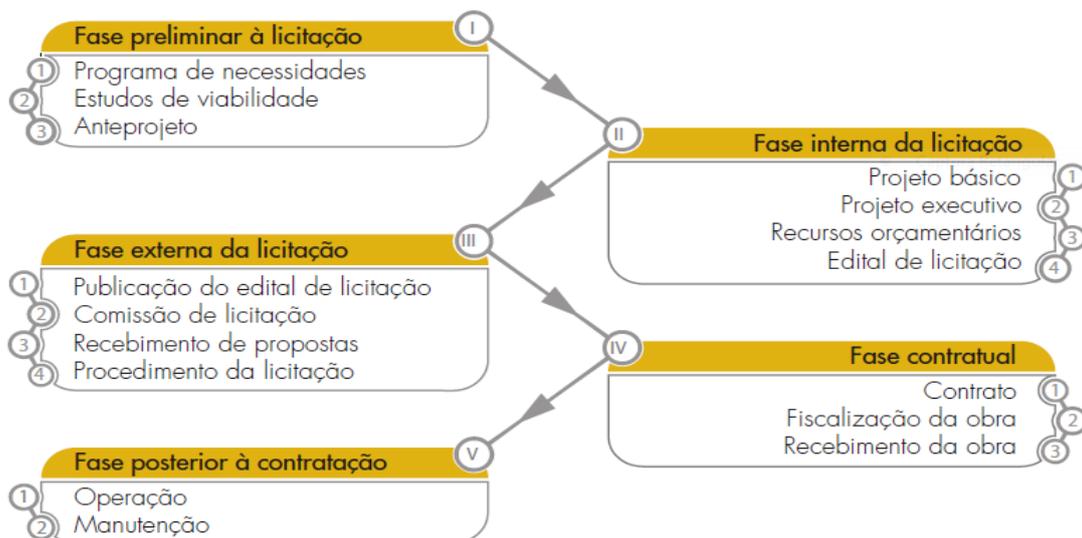
A fase de implementação das políticas públicas é decisiva para o sucesso. Por isso, mesmo que tenha havido uma correta identificação e

caracterização do problema e uma formulação adequada com vistas à solução, o êxito do governo depende da boa execução da política pública, o que nem sempre ocorrerá. Assim, pode haver falhas de planejamento, deficiências na gestão das ações, limitações na liberação dos créditos orçamentários ou dos recursos financeiros, entre várias outras dificuldades que podem afetar os resultados da atuação governamental (TCU, 2015).

Todo o processo de planejamento de construção dos espaços públicos, assim como a manutenção deles, deve seguir de acordo com a atual Lei de Licitações e Contratos, a Lei 8.666/1993, sendo um referencial obrigatório para todos os agentes públicos.

No intuito de orientar os gestores públicos no processo de planejamento e contratação de obras públicas, o Tribunal de Contas da União (TCU) apresenta um fluxograma de procedimentos (figura 5), contendo um roteiro básico sobre os passos necessários para o planejamento, desde a fase preliminar à licitação que envolve o levantamento das necessidades até a fase posterior à contratação.

Figura 5 - Fluxograma de Procedimentos Licitatórios



Fonte: Obras Públicas, TCU, p. 10.

Os projetos de expansão física do campus são elaborados, em grande parte, por empresas terceirizadas, a partir do levantamento das necessidades de cada departamento da universidade ou de outra unidade administrativa solicitante.

Alguns projetos também são desenvolvidos pelo quadro da equipe técnica da universidade dependendo do porte.

No último PDI foram previstas diversas ações de expansão do campus Marco Zero do Equador (figura 3), para atender às necessidades da comunidade. No entanto, ao se considerar a indisponibilidade de recursos para atender todas simultaneamente, os gestores precisam eleger quais devem ser as prioridades de sua gestão.

Quando se fala em recursos é necessário frisar, além da natureza financeira e orçamentária, o aspecto de pessoal para a elaboração e execução de determinados projetos, pois para o desenvolvimento de cada etapa do procedimento licitatório tem-se uma série de agentes públicos desempenhando funções de acordo com determinada formação profissional.

Notadamente, grande parte das ações na Administração Pública são assentadas sobre diversos procedimentos que devem ser seguidos pelos agentes públicos sob pena de nulidade dos atos administrativos considerados ilegais, bem como responsabilização dos agentes públicos. Na maioria das vezes, tais procedimentos são classificados como burocráticos.

Favero (2010) avalia que a burocracia governamental hierárquica foi o modelo organizacional predominante utilizado para a prestação de serviços públicos e para o cumprimento das metas estabelecidas pelas políticas públicas do Brasil. Segundo Weber, essa forma de organização era mais eficaz, pois permitia uma execução objetiva e racional, previsível, calculável e independente das pessoas encarregadas da execução. Para ele, a eficácia da burocracia seria resultante de despersonalizar e padronizar as atividades humanas.

Quando se fala em planejamento urbano, Souza (2012, p. 55), assevera que é um campo que congrega os mais diferentes profissionais. Nele colaboram não apenas arquitetos, mas também cientistas sociais de diferentes formações, destacando-se os geógrafos, sociólogos, economistas e especialistas em direito urbano.

Para Olson, (1999, p. 64), o planejamento participativo de diversos setores sociais pode contribuir para a uma construção mais democrática e equilibrada, na qual a luta coletiva de interesses comuns tende a se sobrepôr a interesses individuais e de pequenos grupos. Por outro lado, Olson (1999) afirma

que “os grupos pequenos irão promover seus interesses comuns de um modo melhor do que os grandes.”

Pereira (2013) destaca que a garantia de um urbanismo melhor ou de um urbanismo ótimo está no debate público e aberto, muito mais do que na excelência técnica, funcional e racional ou mesmo que em qualquer ideologia. O melhor projeto passa a ser não aquele que é necessariamente o melhor tecnicamente, mas sim, o que é socialmente mais aceito (CHALAS, 1998).

No Brasil, o planejamento físico ambiental universitário ainda tem uma atuação tímida limitada a tópicos isolados dentro dos Planos Institucionais ou Diretores e não como o ponto de partida para o embasamento do planejamento. (GAION, 2013).

H. Arendt (1991) defende que o espaço público não pode ser construído apenas para uma geração e planejado somente para os que estão vivos: deve transcender a duração da vida de homens mortais.

Nota-se que a política de desenvolvimento urbano deve primar pelo bem-estar dos usuários, da segurança e do equilíbrio ambiental. Para se falar em planejamento urbano universitário deve-se conhecer alguns procedimentos de planejamento na administração pública, assim como os instrumentos de planejamento das instituições federais de ensino superior. No próximo capítulo será apresentado o conceito de gestão e espaço territorial.

4 GESTÃO DOS ESPAÇOS E O HOMEM

Este capítulo tem como propósito apresentar uma reflexão com o conceito de espaço e de gestão, destacando o papel do instrumento de planejamento urbano previsto na Constituição Federal de 1988 e Lei 10.257/2001 como fortalecimento de participação da sociedade no desenvolvimento das cidades.

O termo espaço tem o seu uso associado indiscriminadamente a diferentes escalas, global, continental, regional, da cidade, do bairro, da rua, da casa e de um cômodo no seu interior (CORRÊA, 2010, p.15). Corrêa (2002) conceituou o espaço urbano: “fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas”.

Serpa (2011) recorda que o Estado, é o principal detentor do poder político de criar e ordenar o uso dos espaços, quando trata da teoria Lefebvriana que discute os espaços “concebidos”:

... Produto da violência e da guerra, o espaço abstrato é instituído pelo Estado e, portanto institucional. Ele serve de instrumento para que os detentores do poder (...) destruam tudo aquilo que representa ameaça e resistência, em outras palavras, abram caminho para que se homogeneizem as diferenças...(SERPA, 2011, p.49-65)

O espaço sendo produzido por um conjunto particular de processos materiais e de processos de significação. Para Santos (1997), o espaço geográfico é um híbrido. É resultado da inseparabilidade entre sistema de objetos e sistema de ações. O espaço são essas formas mais a vida que as anima. Para Santos (1997):

A paisagem existe através de suas formais, criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual. No espaço, as formas de que se compõe a paisagem preenchem, no momento atual, uma função atual, como respostas as necessidades atuais da sociedade. Tais formas nasceram sob diferentes necessidades, emanaram de sociedades sucessivas, mas só as formas mais recentes correspondem a determinações da sociedade atual (SANTOS, 1997, p.103)

O espaço é o resultado material acumulado das ações humanas através do tempo, e, de outro lado, animado pelas ações atuais que hoje lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade. Para Santos (p. 106) é a sociedade, isto é, o homem que anima as formas espaciais, atribuindo-lhes um conteúdo, uma vida. Só a

vida é possível nesse processo infinito que vai do passado ao futuro, só ela tem o poder de tudo transformar amplamente.

Para H. Arendt (1958), o espaço público é fruto da ação em conjunto que se desenvolve de maneira espontânea entre os homens que partilham uma comunidade e visam acordos comuns em meio à pluralidade. Para a pensadora, a ação é a única característica da essência humana que depende exclusivamente da contínua presença de outros homens. Arendt ainda enquadra o labor e o trabalho no domínio da esfera privada, enquanto a ação está exclusivamente no plano da esfera pública (política). No que concerne à esfera pública, a autora aponta para o espaço onde a política acontece por excelência, e relação de poder é estabelecida por meio do diálogo, debate e consentimento das partes dentro do contexto da democracia.

A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima. (SANTOS, 1997, p.61). A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um lado do país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens impuseram a esses sistemas naturais. Cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada (SANTOS, 1997, p.61).

O espaço encontra sua dinâmica e se transforma por meio da interação do sistema de objetos e sistema de ação. Baseada nas ideias de Marx e Engels, quando através do trabalho, o homem exerce ação sobre a natureza, isto é, sobre o meio, ele muda a si mesmo, sua natureza íntima, ao mesmo tempo em que modifica a natureza externa (SANTOS, 1997, p. 78).

A ação é subordinada às normas. A ação é própria do homem. Só o homem tem ação, porque só ele tem objetivo, finalidade. A natureza não tem ação porque ela é cega, não tem futuro. As ações humanas não se restringem aos indivíduos, incluindo, também empresas e as instituições. As ações resultam de necessidades, naturais ou criadas. Essas necessidades: materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais, afetivo, é que conduzem os homens a agir e levam a funções (SANTOS, 1997, p 81).

Peter Drucker apud (DE OLIVEIRA (2015) sintetiza o conceito de gestão: “Gerir é tomar providencias para que os resultados apareçam”. Todavia é possível

encontrar diversas definições de gestão. Uma boa gestão possui as seguintes funções: Planejamento, Organização; Direção e Controle.

Na Administração Pública, os gestores públicos⁹ são responsáveis por decidir onde e como aplicar os recursos da organização, bem como de garantir que os objetivos sejam atingidos de forma eficaz e eficiente. Para Albarello (2006):

[..]gestor público está desafiado a acompanhar a evolução e reorganizar o processo de gestão, conduzindo mudanças, inserção da participação social e estabelecimento de estratégias complexas e contínuas, quer repercutem em qualidade de vida da população e gerem, ao longo prazo, desenvolvimento sustentável.

Segundo Souza (2012), o conceito de gestão ligado à administração de empresas foi intensificado no Brasil, na segunda metade da década de 80, com uso de expressões como gestão urbana, gestão territorial e entre outras.

As *Cidades Sustentáveis* e *Cidades Inteligentes* são exemplos de como os gestores utilizam os instrumentos de planejamento e gestão, ou seja, sua compressão é muito mais que um conjunto de construções sustentáveis. Ela envolve ações que vão além de incorporar parâmetros de sustentabilidade no desenvolvimento urbanos público e privado (SOUZA, AWAD, 2012).

Quando se fala em gestão sustentável nas universidades, Tauchen e Brandli (2006) destacam que a gestão ambiental em universidades, na maioria das vezes, representa iniciativas em pontos isolados. Os autores apontam como um dos grandes desafios no que concerne ao desenvolvimento sustentável, a congregação harmônica do desenvolvimento social, econômico e de preservação e conservação ambiental.

Tauchen e Brandli (2006) destacam algumas diretrizes para o desenvolvimento sustentável das universidades: contribuir para o desenvolvimento da ética sustentável; controlar o transporte dentro do campus; primar pelo bem estar, saúde e segurança; reduzir os desperdícios; aprimorar as atividades ambientais; monitorar o consumo de água e energia e motivar a participação da comunidade local e regional.

⁹ Define-se gestor público, o funcionário público, ocupante de cargo de carreira, ou agente de empresa estatal que pratica atos de gestão, administra negócios, bens ou serviços.

Gaion (2013), aponta que no Brasil há poucos campi projetados com critérios voltados ao desenvolvimento sustentável. Segundo a autora, para que o planejamento da universidade contemple a sustentabilidade ambiental, o Plano Diretor Físico e o PDI devem contemplar os aspectos da sustentabilidade e estar diretamente ligados a um sistema de gestão ambiental.

Sobre o aspecto ambiental, o Plano Diretor deve estar atento aos princípios e às normas que integram Plano Nacional de Meio ambiente (PNMA). No qual o plano coloca o princípio ecológico, segundo o qual as autoridades devem agir localmente e pensar globalmente. Outros princípios destacam a educação ambiental em todos os níveis, a racionalização do uso do solo, o controle e o zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras, dentre outros aspectos (Lei n.938/81, art. 2º).

Ribeiro et al., (2005) observaram que a própria sociedade não tem a percepção de que a universidade é uma fonte potencial de poluição e que os resíduos podem gerar significativos impactos ambientais: “Se forem considerados o uso intenso de energia, a manutenção constante dos edifícios e o uso de produtos químicos e perigosos, a diversidade de aspectos ambientais com potencial poluidor considerável é ainda mais relevante”

Pereira (2015, p. 199) afirma que a gestão e o planejamento das cidades precisariam ser democratizados de forma a permitir que os grupos excluídos dos processos decisórios pudessem assumir a condição de cidadãos plenos de direito. A gestão democrática é a diretriz legal que assegura, dentre outros, a participação da sociedade no planejamento urbano, conforme previsto no inciso II do artigo 2º da Lei nº 10.257/2001 (ESTATUTO DA CIDADE).

Art. 2o A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

...
II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano

A Constituição Federal de 1988 trouxe no Capítulo II – Da Política Urbana, especificamente, nos arts. 182 e 183, as diretrizes gerais para a política de desenvolvimento urbano. As disposições que fazem referência ao plano Diretor estão expressas no art. 182, parágrafos § 1º e § 2º

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

No entanto, o arcabouço legal somente se deu após a aprovação da (Lei 10.257/2001), também conhecida como Estatuto das Cidades, a qual foi regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal. A legislação não só definiu as diretrizes da política urbana, como também ofereceu as bases para o planejamento urbano assentadas na elaboração do Plano Diretor. Dentre alguns princípios, destacam-se:

- a) O Plano Diretor deverá ser revisto, pelo menos, **a cada dez anos**;
- b) A participação da sociedade na elaboração e implementação do Plano Diretor deverá ser garantida através de audiências públicas, debates e publicidade e acesso aos documentos produzidos.

Sob o aspecto físico-territorial, o Plano Diretor enquadra-se como uma ferramenta básica de planejamento urbano, no qual a sociedade participa da construção dos espaços, delimitando as áreas urbanas onde deverão ser aplicados os instrumentos urbanísticos.

Braga (2001) enfatiza o Plano Diretor como um instrumento eminentemente político, cujo objetivo precípua deverá ser o de dar transparência e democratizar a política urbana, ou seja, o plano diretor deve ser antes de tudo um instrumento de gestão democrática. Nesse sentido, o plano diretor pode ser visto como uma ferramenta de resolução de conflitos relacionados ao convívio da população, bem como integrador e articulador das demais políticas setoriais.

Diante das contribuições de Arendt (1958), Correa (2002) e Santos (1997), pode-se compreender como se dão as transformações no espaço, assim como o papel do homem na condução dessa dinâmica. A partir dessa reflexão, é importante visualizar a situação do planejamento urbano no âmbito regional, para posteriormente adentrar-se ao contexto local do campus universitário.

4.1 O ESPAÇO URBANO DO ESTADO DO AMAPÁ

O Estado do Amapá é uma das 27 unidades federativas do Brasil. Situa-se a nordeste da região Norte e tem como limites a Guiana Francesa ao norte, o Oceano Atlântico a leste, o Estado do Pará a sul e oeste e o Suriname a noroeste. O território possui aproximadamente 142.828,521 km², o que corresponde ao 18º maior Estado do Brasil. O Estado apresenta a maior taxa de mortalidade infantil do Brasil (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012)¹⁰.

O Amapá foi desmembrado do Estado do Pará em 1943, quando foi criado o Território Federal do Amapá¹¹ (TFA), tendo permanecido nessa condição até o ano de 1988, quando a atual Constituição Federal o elevou a estado da Federação. Gottmann (2012, p. 523) destaca que o território é um conceito gerado por indivíduos organizando o espaço segundo seus próprios objetivos'. Para o autor, o território é um conceito político e geográfico, porque o espaço geográfico é tanto compartimentado quanto organizado por meio de processos políticos.

Ao se adentrar sobre o conceito de território, Souza (1995), afirma que o

Território “é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A questão primordial, aqui, não é, na realidade, quais são as características geoecológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou que produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço.” (SOUZA, 1995, p.78-79).

Para o autor, esses aspectos podem ser importantes para a compreensão da gênese de um território ou do interesse por tomá-lo ou mantê-lo, mas o importante é compreender “quem domina ou influencia e como domina ou como influencia esse espaço”?

Saquet (2003, p. 3) corrobora dizendo que o território é compreendido como fruto de processos de desapropriação e domínio de um espaço, inscrevendo-se no campo de forças, de relações de poder econômico, político e cultural, com a história de vida, com os atores e os sujeitos, com as potencialidades e as

¹⁰ Fonte: DATASUS; MINISTERIO DA SAÚDE; Disponível em <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibd2012/c01b.htm>>. Acesso em 17 de Nov. 2018.

¹¹ Decreto-lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943. Fonte: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5812-13-setembro-1943-415787-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17 nov. 2018.

deficiências. Segundo Souza (1995, p. 78), o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder.

Para Haesbaert (2007) pode-se analisar o território a partir de diferentes enfoques e elabora uma classificação em que é possível verificar três vertentes básicas: a primeira seria Política ou jurídico-política, conforme a qual “o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal”.

A segunda cultural ou simbólico-cultural “prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto fundamentalmente como produto da apropriação feita por meio do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço”:

A terceira vertente é a econômica, “que destaca a desterritorialização na perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho” (HAESBAERT, 2007, p. 40).

De acordo com o último censo IBEG (2010)¹², Macapá - capital do Estado - apresenta cerca 95,7% (noventa e cinco vírgula sete por cento) da população vivendo em área urbana, e desse total apenas 8,8% (oito vírgula oito por cento) de domicílios urbanos em vias públicas possuem urbanização adequada.

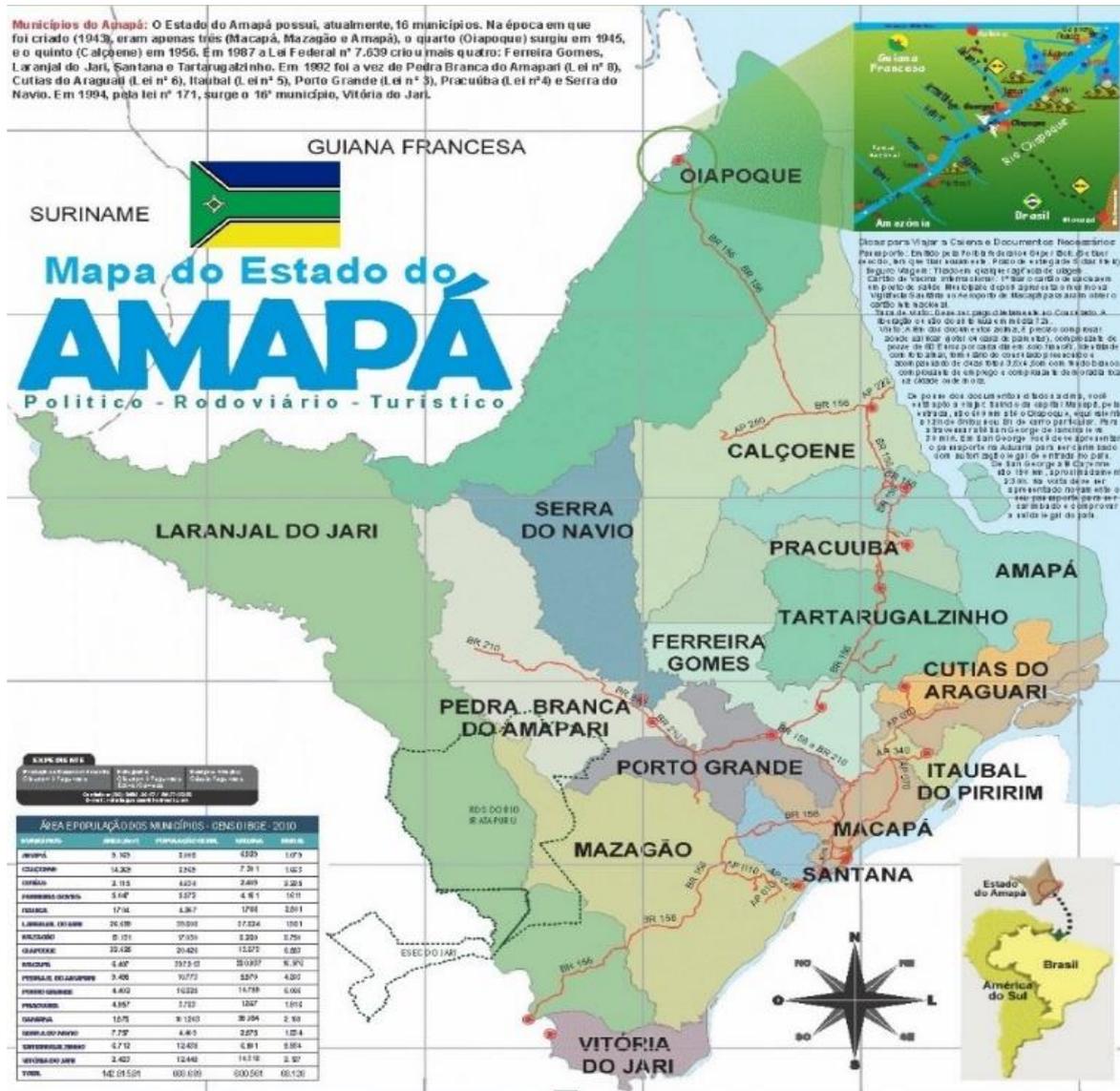
Considera-se urbanização adequada (IBGE, 2010): a presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio. Outro aspecto destaca que em 66% (sessenta e seis por cento) de domicílios urbanos em vias públicas têm-se arborização. Quando se trata da questão de saneamento básico, o panorama municipal apresenta apenas 26,8% (vinte e seis vírgula oito por cento) de domicílios com esgotamento sanitário adequado. Um dos piores índices do país (IBGE, 2010).

O Estado do Amapá possui atualmente 16 (dezesesseis) municípios: Macapá, Santana, Laranjal do Jari, Oiapoque, Mazagão, Porto Grande, Tartarugalzinho, Vitória do Jari, Pedra Branca do Amapari, Calçoene, Amapá, Ferreira Gomes, Cutias, Serra do Navio, Itaubal e Pracuuba (figura 6). Observou-se que a população de alguns desses municípios de Estado amapaenses (IBGE, 2010)¹³ é inferior a população atual do campus universitário Marco Zero do Equador.

¹² Fonte: IBGE, Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/macapa/panorama>> . Acesso em 17 de novembro de 2018.

¹³ Calçoene, Amapá, Ferreira Gomes, Cutias, Serra do Navio, Itaubal e Pracuuba. Ordem de descende de densidade populacional.

Figura 6 - Mapa do Estado do Amapá



Fonte: Disponível em:
<http://casteloroger.blogspot.com.br/search/label/Munic%C3%ADpios%20do%20Amap%C3%A1>.
 Acesso em: 17 nov.2018.

Ao se analisar a questão de planejamento territorial no Estado do Amapá, verifica-se que dentre os 16 (dezesseis) municípios, apenas 4 (quatro) possuem planejamento urbano com base em um Plano Diretor. Sendo eles, Laranjal do Jari, Macapá, Porto Grande e Santana. Contudo, apenas Porto Grande não se encontra pendente de atualização em virtude de ter sido elaborado no ano de 2014.

Tostes (2006) pontua:

Ainda que o exercício do planejamento tenha ocorrido no território amapaense, a baixa capacidade técnica presente nos municípios, aliada a

um baixo grau de participação da população na sua concepção, é refletida nas propostas idealizadas (TOSTES, p.111)

Nota-se que a análise de Tostes (2006) destaca dois pontos-chaves importantes na condução do processo de planejamento urbano nos municípios amapaenses. A capacidade técnica de formulação do planejamento urbano e grau de engajamento da sociedade.

Como uma ferramenta de planejamento territorial, o Plano Diretor tem a função de definir como cada porção do território cumpre sua função social, para tanto deve apresentar com clareza a configuração espacial de diretrizes e dos instrumentos voltados à regulação do uso e ocupação do solo e dos investimentos públicos. Barbosa (2012) sugere que:

... Plano Diretor deve ser reconhecido como a alma da Instituição, uma norma a ser aprovada pelo Conselho Universitário e implantada pela Administração superior. Não apenas um instrumento normatizador da organização interna da cidade universitária. Mas, sobretudo, um instrumento catalisador de recursos para o financiamento de sua estrutura física e acadêmica.

A urbanização constitui um fenômeno tipicamente moderno, associado a uma organização humana complexa, caracterizada por padrões tecnológicos, econômicos, sociais e políticos (SILVA, 2010, p.19-26). A partir desses fatores, o direito urbanístico se desenvolveu essencialmente como ordem funcional de sistematização dos espaços, das relações entre as pessoas e o seu meio, tendo em suas bases o planejamento para a realização de funções sociais da cidade e atendimento ao interesse coletivo.

A preservação de áreas verdes para gerações futuras constitui-se como uma das medidas de sustentabilidade ambiental, assim como a de proteção de áreas arqueológicas a salvaguarda de identidade local e bens públicos de forte interesse coletivo que precisam de uma consciência e mobilização social.

Considerando-se que as questões de natureza ambiental estão associadas a valores pós-materialistas e em consonância às investigações de Ribeiro (2008), "o desenvolvimento socioeconômico não conduz diretamente a democracia, sendo necessário um conjunto de variáveis intervenientes entre esses dois fenômenos".

Ribeiro (2008, p. 21) assinala que “o aumento de valores de auto expressão, cria uma força social que questiona a autoridade e opera em favor de uma democracia de massa responsiva, não apenas de uma democracia eleitoral [...]”.

Estimular a participação de cidadãos e a produção coletiva depende em parte de uma política de governo. Estudos e alternativas de ocupação do solo devem ser elaborados por comissões multidisciplinares, dialogados com a sociedade em geral por meio de audiências públicas, bem como submetidos ao legislativo para deliberação das propostas. Desse modo, não são apenas questões técnicas e administrativas necessárias para o desenvolvimento urbano.

Partindo-se para a perspectiva de Michel Foucault (1975), o urbanismo constituiu-se como uma disciplina de emergência do novo saber-poder exercido sobre os indivíduos no espaço, que envolve diversas técnicas de vigilância, cercamentos, ordem, gentrificação¹⁴, pacificação, localização e “estado de ocupação”.

A criação e organização do espaço público não é um processo meramente passivo, ela se relaciona com um conjunto de forças políticas, econômicas, técnicas e administrativas. Por trás da arquitetura, há relações de poder e controle.

Colosso (2016) aponta que para o filósofo e sociólogo Henri Lefebvre (1968), o Estado envolve em três tipos de planejamento: material, financeiro e espacial. Sendo que este último inclui as ordenações e institucionalizações de construções, arquitetura, urbanismo e controle do território, constituindo conjuntamente uma determinada espacialidade. Lefebvre critica o urbanismo pelas tendências à segregação, homogeneização e hierarquização de espaços.

O planejamento associa-se à ideia de funcionalidade de garantir a higiene e o arejamento das cidades, bem como de viabilizar a movimentação de mercadorias e, principalmente, possibilitar a vigilância, essencial à sensação de segurança. Toda essa concepção de disciplinar tende a adestrar o corpo para

¹⁴ Processo desenvolvido nos países industrializados basicamente ao longo da etapa chamada pós-industrial ou pós-moderna, iniciada com o declínio do modelo sócio econômico industrial tradicional a partir dos anos de 1970. Caracteriza-se normalmente pela ocupação dos centros das cidades por uma parte da classe média, de elevada remuneração, que desloca os habitantes da classe baixa, de menor remuneração, que viviam no centro urbano. (O estudo da gentrificação, por Maria Alba Sargatal Bataller).

capacitá-lo a exercer funções produtivas e ao mesmo tempo tornar o “corpo-dócil” por meio de técnicas de educação de gestos, de exercícios, de controle do tempo, do espaço e do movimento, de funções e hierarquizações (FOUCAULT, 1977)

Correa (2002) assinala que a produção do espaço urbano é muito complexa por se tratar de uma relação de difícil consenso. Visto que envolve a ação de vários agentes sociais produtores do urbano, dos quais o Estado se constitui no principal agente da produção do espaço.

5 A EXPANSÃO URBANA DO CAMPUS MARCO ZERO DO EQUADOR.

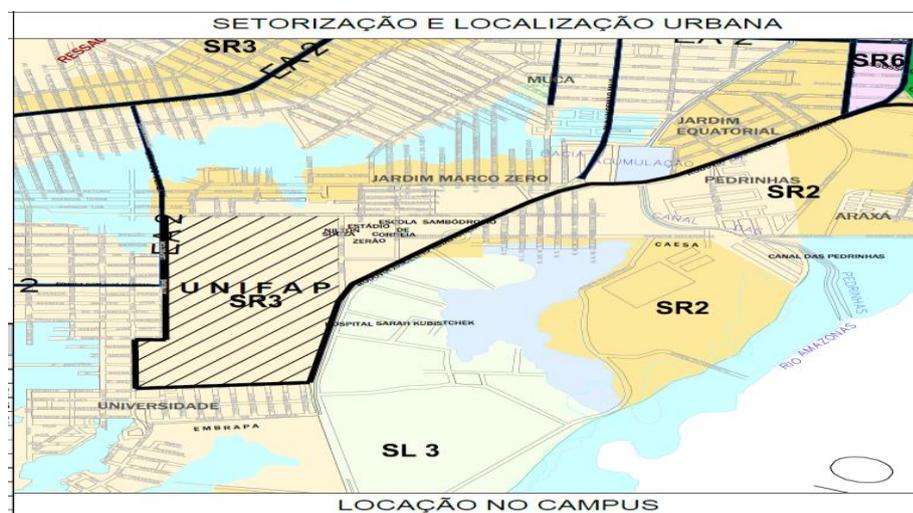
Semelhante a uma cidade, as universidades públicas estruturam-se e se expandem de modo alinhado às legislações federais, estaduais e municipais. Não obstante, toda e qualquer intervenção no território universitário necessitam de aprovações e controle também por parte de outras esferas públicas.

A concepção de campus e de “cidade universitária” está diretamente relacionada ao contexto político, econômico e social que permeia a sociedade. O conceito de campus está ligado à forma espacial ou territorial, enquanto que o conceito de cidade universitária se relaciona à função que o espaço universitário desenvolve (BARBOSA, 2012, p 50). Para o autor, o campus traz a ideia de um ambiente isolado, e “distante” da sociedade. Enquanto que a cidade universitária parece ser mais aberta, e próxima da sociedade.

A ideia de cidade universitária se opõe à ideia de Campus por simbolizar a abertura, a liberdade, a democracia, e por permitir um diálogo permanente com toda a sociedade, mediado pela oferta de serviços, sendo estes uma forma de aproximação e de interação com a sociedade e, principalmente com a comunidade do entorno.

O Campus Marco Zero do Equador está inserido no Setor SR3 (figura 7), de acordo com o anexo I - mapa de setorização urbana da Lei municipal complementar 29/2004, que institui normas de uso e ocupação do solo no município de Macapá.

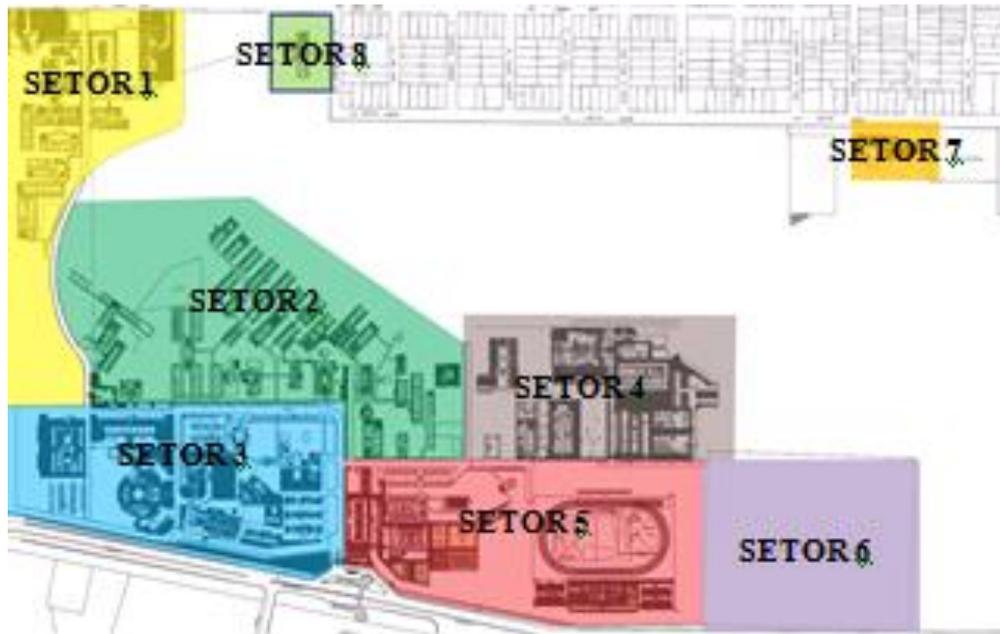
Figura 7 - Localização do Campus - Plano Diretor de Macapá



Fonte: AEEA, 2017.

De forma a melhor quantificar e identificar as edificações, dividiu-se o campus Marco do Equador em “setores”, conforme o recorte do mapa de expansão do campus (figura 8), enumerando-se as edificações por setores e organizando uma listagem do histórico de construção por setores de 1 a 8.

Figura 8 - Divisão do campus em setores



Fonte: Elaborado pela autora, 2018

O Setor 1 destina-se ao funcionamento de cursos ligados ao Departamento de Ciências Biológicas e da Saúde (DCBS)¹⁵. Verifica-se que o setor dispõe atualmente, de 13 edificações (figura 14): 1. Unidade básica de saúde; 2. Unidade de saúde; 3. Almoxarifado da UBS; 4. Saúde Ambiental; 5. Prédio dos Fármacos; 6. Prédio de Medicina (02 pavimentos); 7. Prédio de seis salas DCBS; 8. Enfermagem(02 pavimentos); 9. Fisioterapia (02) pavimentos; 10. Bloco de seis salas área da saúde; 11. Bloco de Salas com 02 pavimentos; 12. Prédio da Farmácia Escola. 13. Prédio de Ambulatórios. Dentre essas edificações, visualiza-se que duas ainda não estão em uso pela comunidade universidade: o prédio de farmácia escola e o prédio de ambulatórios.

¹⁵Cursos de graduação ligados ao departamento: Enfermagem; Fisioterapia; Farmácia, Medicina. Ciências Biológicas Bacharelado e Ciências Biológicas Licenciatura.

Figura 9- Edificações da área da saúde (SETOR 1)



Fonte: Google Earth com adaptações da autora, 2017

Verifica-se que o SETOR 1 (figura 9) dispõe de uma única via para acesso de veículos. Não raro, é possível constatar o estrangulamento da via de mão dupla, em razão do número de estacionamentos existentes não suportar mais a quantidade de veículos do setor.

Tabela 1 - Histórico de construções(SETOR1)

(continua)

NÚMERO	CONSTRUÇÕES	ÁREA	SITUAÇÃO	CONCLUSÃO
1	UNIDADE DE SAÚDE 1	310,23m ²	CONCLUÍDA	2002
2	UNIDADE DE SAÚDE 2	297,92m ²	CONCLUÍDA	2003
3	ALMOXARIFADO UBS	63,72m ²	CONCLUÍDA	2003
4	SAÚDE AMBIENTAL	204,52m ²	CONCLUÍDA	2003
5	PRÉDIO DOS FÁRMACOS	1.051,00m ²	CONCLUÍDA	2003

Tabela 1 - Histórico de construções(SETOR1)

(conclusão)

NÚMERO	CONSTRUÇÕES	ÁREA	SITUAÇÃO	CONCLUSÃO
6	PRÉDIO DE MEDICINA - 2 PAVIMENTOS	1.980,60m ²	CONCLUÍDA	2010
7	BLOCO DE SEIS SALA AULA – DCBS	568,53m ²	CONCLUÍDA	2016
8	ENFERMAGEM	994,05m ²	CONCLUÍDA	2016
9	FISIOTERAPIA	1.066,28m ²	CONCLUÍDA	2016
10	BLOCO DE SEIS SALA AULA - ÁREA SAÚDE	568,53m ²	CONCLUÍDA	2013
11	BLOCO DE SALAS DE AULA COM 2 PAVIMENTOS	994,05m ²	CONCLUÍDA	2016
12	FARMÁCIA ESCOLA	1.383,71m ²	-	-
13	AMBULATÓRIO	950,43m ²	CONCLUÍDA	2018

Fonte: AEEA/elaborado pela autora

Conforme a tabela 1, as primeiras construções na área dos prédios destinados ao funcionamento da Unidade Básica de Saúde (UBS) começaram nos anos de 2002 e 2003. Ao se percorrer a área, é possível perceber algumas deficiências de infraestrutura, possivelmente relacionadas ao processo de ocupação desordenado.

Atualmente, há carências na área, tais como: falta de vagas de estacionamento, sistema de drenagem, acessibilidade, via para trânsito de veículos de serviços, assim como nota-se uma falta integração entre as edificações (figura 9). A figura 10 apresenta a situação da via de acesso com diversos carros estacionados na via, prejudicando o fluxo de veículos.

Figura 10 - Via de acesso em frente ao setor saúde (SETOR 1)



Fonte: MOURA, E.C. Data: 02/04/2017.

Durante o ano de 2017, verificou-se outra deficiência devido à falta de uma rede de drenagem geral, conforme retratada foto (figura 11), na qual a via fica completamente alagada durante períodos de forte intensidade pluviométrica. A edificação (figura 11) trata-se do prédio dos ambulatórios.

Figura 11 - Via em frente ao prédio do ambulatório (SETOR 1)



Fonte: MOURA, E.C. Data: 02/04/2017.

Vê-se na figura 11, a via alagada em frente ao prédio dos ambulatórios, inclusive chegando, em alguns trechos, a ultrapassar a calçada de proteção do prédio. Nota-se que o prédio apresenta pouco desnível em relação à via.

Figura 12 - Via de acesso e prédio ambulatório (SETOR 1)



Fonte: MOURA, E.C. Data: 02/04/2017.

Na figura 12, vê-se outra deficiência relacionada à questão de mobilidade, devido à ausência de uma ciclovia, o ciclista concorre ao lado do motociclista ao direito de transitar a mesma via.

Figura 13 - Espaço entre as edificações DCBS e Fármacos (SETOR 1)



Fonte: MOURA, E.C. Data: 02/04/2017.

Devido a insuficiência de vagas de estacionamento, usuários improvisam a utilização de espaços entre as edificações (figura 13), mesmo estando alagado para estacionar os veículos entre as edificações 6 e 8 (figura 09). Nota-se na figura 14, o mesmo espaço preenchido com brita no intuito de minimizar as deficiências na

área, contudo percebe-se que a medida não supre a deficiência de sinalização e acessibilidade devida.

Figura 14 - Espaço entre as edificações DCBS e Fármacos (SETOR 1)



Fonte: autora, 2018

Por conseguinte, registra-se uma parte da transformação do espaço universitário próximo à área de entorno do prédio do ambulatório, nos anos 2012 a 2018. Mostra-se que a edificação começou a ser construída antes de 2012, tal como se apresenta na (figura 15).

Figura 15 - Construção Ambulatórios, 2012



Fonte: Google Earth, 2012.

Na imagem obtida através do *Google Maps*, é possível verificar alguns dados da construção na placa da obra, assim como o terreno alagado no entorno ao prédio. Já no ano de 2015, verifica-se outra placa de construção para a conclusão da obra, que foi retirada do site da universidade figura 16.

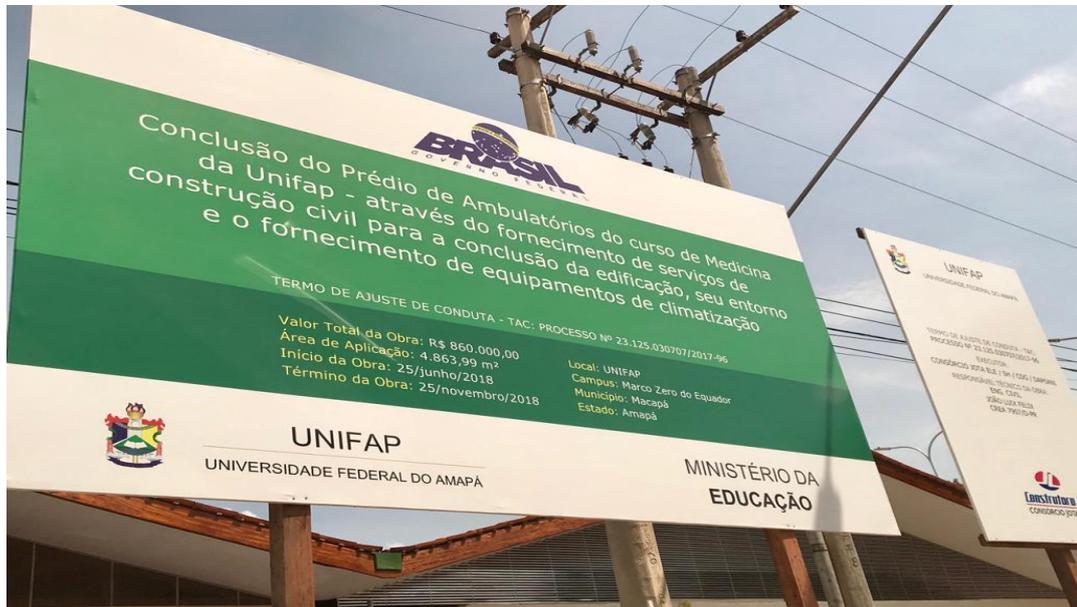
Figura 16 - Construção Ambulatórios, 2015



Fonte: UNIFAP, 2015.

No ano de 2018, verificou-se outra placa para a conclusão da edificação (figura 17). Contudo, o procedimento administrativo adotado não se consagrou por meio de um novo procedimento licitatório, mas sim por meio de um processo administrativo de termo de ajuste de conduta (TAC).

Figura 17 - Placa da obra ambulatórios, 2018



Fonte: Autora, 2018

O termo de ajuste de conduta (TAC) trata-se de um acordo firmado entre universidade e o consórcio responsável pela construção do Hospital Universitário (HU). Tal ação é resultado de um processo de aplicação de penalidade ao consórcio devido o descumprimento de uma cláusula contratual. O valor para a conclusão da obra de R\$ 860.000,00 (oitocentos e sessenta mil reais) corresponde ao valor da

multa às empresas que no caso, foram transformadas em uma contraprestação de serviços para a conclusão dos ambulatorios. O cronograma de execução indicado para início de obra em 25 de junho de 2018 e término em de 25 de novembro de 2018.

O registro seguinte (figura 18) apresenta a imagem da fachada do prédio aparentemente concluído, em virtude da retirada da placa da obra, equipamentos e tapumes¹⁶. Entretanto, não se verificou no site da instituição nenhum registro ou convite de cerimônia de entrega da obra à comunidade em geral.

Figura 18 - Prédio dos Ambulatórios, 2018



Fonte: Pesquisa de campo autora, dez/2018

Elementos extraídos do relatório de auditoria anual de contas elaborado pela Controladoria Geral da União (CGU) sinalizam fragilidades devido aos processos de planejamento e gestão. O relatório conclui que para que a universidade possa cumprir adequadamente a sua missão institucional e gestão dos espaços físicos, deve-se:

- Instituir a realização de estudos, com atualização periódica, a fim de identificar e quantificar demandas represadas ou relevante potencial de expansão, de modo a subsidiar adequadamente o planejamento institucional e a tomada de decisões;

¹⁶ Tapumes são vedações provisórias que delimitam o entorno da construção para impedir o acesso de pessoas estranhas à obra. Normalmente são retirados após a finalização da obra.

- Instituir a utilização das informações advindas dos estudos periódicos de demandas nos projetos de construção/reforma, a fim de dimensionar adequadamente as necessidades da unidade;
- Estabelecer rotinas de planejamento que contemplem a necessidade de embasamento/fundamentação na tomada de decisões relativas à aplicação de recursos de investimento e a responsabilização dos agentes de cujas decisões imotivadas ou não fundamentadas decorram prejuízos financeiros ou sociais;
- Estender os procedimentos e rotinas estabelecidos para execução pelos servidores designados para fiscalizar contratos a todos os contratos/termos de cessão de outorga dos espaços físicos, com apresentação periódica de relatórios;
- Verificar o cumprimento do reajuste contratual pelos cessionários de imóveis da Unifap a cada doze meses de vigência;
- Estabelecer sistemática de verificação de pagamentos e cobrança dos valores contratuais devidos pelos cessionários de imóveis da Unifap;
- Fortalecimento dos controles internos da unidade a fim de garantir maior segurança nas celebrações dos instrumentos de outorga e convênios, observando a legislação vigente no que se refere à análise das minutas pela assessoria jurídica e ao ressarcimento para as despesas comuns.

Presume-se que a obra, apesar de concluída, ainda não dispõe de mobiliários e equipamentos necessários que permitam a utilização do espaço.

Figura 19 - Salas, Administração, Laboratórios (SETOR 2)



Fonte: Autora, 2017 – Imagem Google com adaptações.

Seguindo o levantamento do processo histórico de construção por setores, tem-se no setor 2, uma maior concentração de edificações (figura 19). Quantificou-se um total de 41 (quarenta e uma) edificações. Nota-se que a grande

maioria apresenta características semelhantes, tais como edificação térrea em alvenaria e cobertura em telha de barro, demonstrando-se pouca verticalização na área. A exceção do Bloco 28 – Bloco das Coordenações/Bloco dos Professores que apresenta 2 (dois) pavimentos. Dentre as edificações mais antigas, tem-se as numerações 6,7,8,9, 22 e 30 (figura 19).

Tabela 2 - Histórico de construções (SETOR 2)

(continua)

NÚMERO	CONSTRUÇÕES	ÁREA	SITUAÇÃO	CONCLUSÃO
1	PROEAC (Salão de Jogos)		CONCLUSÃO	2016
2	PROEAC	1.073,38m ²	CONCLUSÃO	2016
3	UMAP	324,48m ²	CONCLUSÃO	
4	BLOCO DE CIÊNCIAS SOCIAIS	772,71m ²	CONCLUSÃO	2009
5	RÁDIO EDUCATIVA	477,39m ²	CONCLUSÃO	2009
6	BLOCO E	294,62m ²	CONCLUSÃO	1996
7	BLOCO F	568,47m ²	CONCLUSÃO	2013
8	BLOCO A	294,62m ²	CONCLUSÃO	1993
9	BLOCO B	294,62m ²	CONCLUSÃO	1993
10	BLOCO T	303,21m ²	CONCLUSÃO	2001
11	BLOCO S	324,23m ²	CONCLUSÃO	2001
12	BLOCO Q	324,23m ²	CONCLUSÃO	2001
13	BLOCO R	324,23m ²	CONCLUSÃO	2001
14	BLOCO P	485,84m ²	CONCLUSÃO	1994
15	BLOCO O	324,39m ²	CONCLUSÃO	1994
16	BLOCO N	324,21m ²	CONCLUSÃO	1994
17	BLOCO M	383,87m ²	CONCLUSÃO	1994
18	BLOCO O	324,39m ²	CONCLUSÃO	1994
19	BLOCO K	273,41m ²	CONCLUSÃO	1994
20	BLOCO J	567,48m ²	CONCLUSÃO	2013
21	BLOCO L	245,97m ²	CONCLUSÃO	1994
22	BLOCO C	294,62m ²	CONCLUSÃO	1993
23	BLOCO BIBLIOTECA		CONCLUSÃO	2001
24	BLOCO I	437,31m ²	CONCLUSÃO	2002
25	BLOCO H	324,40m ²	CONCLUSÃO	2002
26	AMPLIAÇÃO BIBLIOTECA		CONCLUSÃO	2013

Tabela 2 - Histórico de construções (SETOR 2)

NÚMERO	CONSTRUÇÕES	ÁREA	SITUAÇÃO	CONCLUSÃO (conclusão)
27	BLOCO G	410,19m ²	CONCLUSÃO	2013
28	BLOCO DOS PROFESSORES	767,15m ²	CONCLUSÃO	2001
29	BLOCO F	568,47m ²	CONCLUSÃO	2013
30	PREFEITURA	712,88m ²	CONCLUSÃO	1993
31	BLOCO F1	447,39m ²	CONCLUSÃO	2013
32	BLOCO NTI	348,75m ²	CONCLUSÃO	1998
33	BLOCO DE BIOLOGIA	230,00m ²	CONCLUSÃO	2011
34	BLOCO DE FÍSICA	326,00m ²	CONCLUSÃO	2011
35	DCET	169,00m ²	CONCLUSÃO	
36	DERCA	1.066,32m ²	CONCLUSÃO	2015
37	DEPSEC	323,15m ²	CONCLUSÃO	
38	BLOCO DE FÍSICA / LABORATÓRIOS	583,25m ²	CONCLUSÃO	2006
39	CIÊNCIAS AMBIENTAIS	625,40m ²	CONCLUSÃO	2009
40	PATRIMÔNIO	908,00m ²	CONCLUSÃO	2011
41	ALMOXARIFADO	241,00m ²	CONCLUSÃO	1998

Fonte: AEEA/elaborado pela autora.

Nota-se que o acesso à maioria das edificações do setor se faz por meio de passarelas de ligação (figura 19). Há poucas edificações que se ligam diretamente à via de acesso de veículos. O espaço construído compõe-se de prédios destinados a salas de aulas, laboratórios, biblioteca, prefeitura, rádio universitária, entre outros.

Figura 20 - Bloco 28 (Coordenação dos professores)

Fonte: AEEA/2017.

Acima (figura 20) apresenta-se a única edificação com dois pavimentos. O espaço atualmente destina-se ao uso de coordenações de cursos. Como dito anteriormente, a urbanização do setor se fez com baixo índice de aproveitamento do solo.

Figura 21 - Bloco 1 (A)



Fonte: AEEA/2017

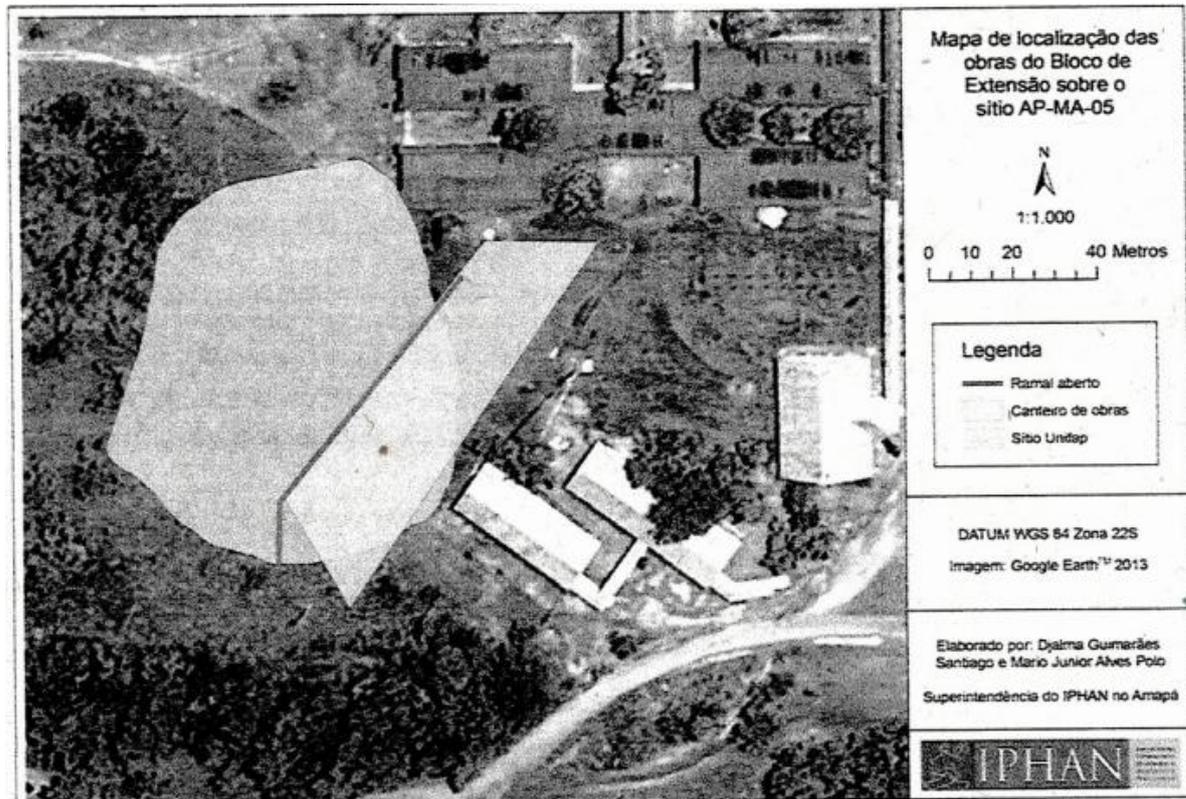
A edificação (figura 21) – Bloco A, número 8 (figura 19) abriga atualmente atividades do Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ). O espaço físico é ocupado pela Vara do Juizado Especial Virtual Cível da Comarca de Macapá. Verificou-se, segundo relatório de contas 2018 de órgão de controle externo, impropriedades na outorga de espaço físico à unidade do Judiciário. Destacou o relatório que o espaço ocupado pelo judiciário no Campus Marco Zero do Equador, encontra-se sem cobertura legal em função do encerramento do Convênio nº. 007/2012. Dentre as recomendações, determinou-se providenciar instrumento de cessão de uso para amparar a ocupação do espaço físico.

A partir da observação em campo, pode-se inferir que existe uma subutilização de áreas devido ao baixo índice de aproveitamento do solo, haja vista que dentre as 41 edificações erguidas no Setor 2, apenas 01 (uma) apresenta mais de um pavimento, ou seja, a expansão horizontal se sobrepôs a opção de verticalização.

Outro destaque importante no processo histórico de construção na área do Setor 2, refere-se às edificações que compõem a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos comunitários (PROEAC), pois durante a fase de construção, a obra foi paralisada pelo IPHAN em razão de possível localização sobre um sítio arqueológico, conforme recorte extraído da pasta contratual (figura 22). Outros

documentos institucionais apontaram que a obra ficou paralisada por vários meses durante e após a vigência do contrato administrativo, ocasionando transtornos e despesas para a Administração como também para a empresa contratada para a execução do objeto.

Figura 22 - Marcação de sítio arqueológico pelo IPHAN



Fonte: AEEA/2017

Adentrando-se a perspectiva financeira e orçamentária, não se pode deixar de mencionar que o custo decorrente a uma obra parada, seja para a Administração Pública, como para as empresas contratadas afetam, diretamente a sociedade.

Durante a pesquisa na área, observou-se que outra edificação passou pela mesma situação de realocação. A obra era destinada ao programa de graduação do curso de direito, no entanto foi realocada duas vezes. A primeira locação ocorreu entre a edificação 5 e 8 (figura 19). No entanto, a obra foi paralisada também por motivos de salvaguarda ao patrimônio arqueológico, sendo também realocada no setor 5.

Diante desses episódios, pode-se deduzir que a falta de diretrizes de uma política de ocupação e uso do solo traz uma série de prejuízos para a comunidade. Percebe-se que as ações de gestão que tendem a procurar soluções alternativas de modo imediato, desconhecem a importância e necessidade de um planejamento adequado, especialmente com a realização de estudos preliminares para construção de uma obra pública. Além da necessidade de estudos arqueológicos:

a cidade é concebida como um objeto temporal [que] possui a possibilidade de absorção de todas as histórias dos grupos humanos que por ali passaram tanto quanto de dissolução de seus signos culturais, os quais se tornam, aqui, objetos etnográficos, ou seja, pré-textos para a geração de novas histórias a serem narradas (ECKERT, ROCHA p. 161).

Prosseguindo-se o levantamento do processo histórico de construção do campus universitário Marco Zero do Equador, verificou-se no setor 3 (figura 23), um total de 9 (nove) edificações em uso e 1 em fase de construção (Nova Biblioteca Central).

Figura 23 - Administrativo, Serviços e Pós-Graduação (SETOR 3)



Fonte: Imagem Google com adaptações/2017.

Destaca-se que no ano de 2018, foi realizada uma obra de ampliação horizontal ao lado da edificação 7 (figura 23). A ampliação do espaço foi resultado

da primeira parceria público-privada da universidade e uma empresa de mineração, com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre sítios e achados arqueológicos.

Tabela 3 - Histórico de construções (SETOR 3)

NÚMERO	CONSTRUÇÕES	ÁREA	SITUAÇÃO	CONCLUSÃO
1	BLOCO DE PÓS-GRADUAÇÃO	625,45m ²	CONCLUÍDA	2008
2	CENTRO DE PESQUISA	947,10m ²	CONCLUÍDA	2013
3	CENTRO DE PESQUISA DA AMAZÔNIA	528,33m ²	CONCLUÍDA	2016
4	RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO	1.329,24m ²	CONCLUÍDA	2011
5	CENTRO DE VIVÊNCIA	2.112,19m ²	CONCLUÍDA	2016
6	AUDITÓRIO MULTIUSO	1.044,00m ²	CONCLUÍDA	2010
7	ARQUEOLOGIA	189,30m ²	CONCLUÍDA	2012
8	PROGEP	598,65m ²	CONCLUÍDA	2012
9	REITORIA	1.827,29m ²	CONCLUÍDA	2002
10	NOVA BIBLIOTECA	4.685,78m ²	CONTRATO	-
11	AMPLIAÇÃO CEPAP	199,95m ²	CONCLUÍDA	2018

Fonte: pesquisa de coleta da autora, 2018.

A edificação ampliada recentemente, identifica-se na tabela 3 como Arqueologia. A obra foi concluída no ano de 2012, e o espaço é ocupado por pesquisadores do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas do Amapá (CEPAP). A Cooperação Técnico-Científica foi firmada em janeiro 2018. A área fica próxima ao portão de entrada e principal acesso da universidade pela Rodovia Juscelino Kubitschek (figura 24).

Figura 24 - Acesso principal da universidade



Fonte: Autor desconhecido/internet

Percorrendo para o levantamento das construções no Setor 4, tem-se as seguintes edificações: 1. Centro de Educação 2. Garagem, 3. Prédio de Letras; 4. Ampliação de Letras; 5. Bloco de Salas / Engenharia Elétrica; 6. Bloco de Salas e Engenharia Civil (figura 25).

Figura 25 - Garagem, Departamento de Educação e Exatas (SETOR 4)



Fonte: Google com adaptações da autora/2017.

A área mostra-se em processo de expansão e ocupação mais recente (tabela 4), percebe-se a abertura e prolongamento de novas vias seguindo a localização de novas edificações.

Tabela 4 - Histórico de construções (SETOR 4)

NÚMERO	CONSTRUÇÕES	ÁREA	SITUAÇÃO	CONCLUSÃO
1	CENTRO DE EDUCAÇÃO	4.674,78m ²	-	-
2	GARAGEM EXISTENTE	325,36m ²	CONCLUÍDA	2009
3	BLOCO DE LETRAS E ARTES	1.548,06m ²	CONCLUÍDA	2013
4	AMPLIAÇÃO DE LETRAS E ARTES	865,74m ²	CONTRATO	-
5	ENGENHARIA ELÉTRICA - DCET	2463,74	CONCLUÍDA	2016
6	ENGENHARIA CIVIL	2.463,74m ²	CONTRATO	-
7	LABORATÓRIO DE ENGENHARIA CIVIL	1.195,21m ²	CONTRATO	-

Fonte: Pesquisa de campo autora, 2018

Ao verificar a situação do processo de construção do espaço, nota-se que a primeira edificação da área foi destinada à garagem da universidade. Posteriormente, visualiza-se o prédio do centro de educação (figura 26), cuja construção foi iniciada no ano de 2013, com previsão de entrega obra referente a apenas a 1ª. Etapa de superestrutura e elementos de vedação. Entretanto, até o presente momento (2019), a 2ª. fase da edificação não foi concluída e entregue a comunidade.

Figura 26 - Centro de Educação, 2014 e 2019



Fonte: AEEA,, 2014 e autora

Encaminhando-se para espaço no Setor 5 do campus (figura 27), tem-se as seguintes edificações: 1.Guarita, 2.Ginásio de esporte, 3. Piscina, 4. Bloco de educação física; 5.Laboratório de esforço físico; 6 – pista de atletismo; 7 - campo de futebol. A construção do campo de futebol se deu em dois momentos. O primeiro ocorreu durante o período de 2008 a 2010. E o segundo no período compreendido entre 2016-2017.

Figura 27 - Esporte e lazer. Salas de Aula (SETOR 5)



Fonte: Imagem Google com adaptações/2017

Registra-se que o gramado executado na área durante o primeiro momento foi reaproveitado na área ao norte do alambrado que contorna o espaço da pista de atletismo e o campo de futebol (figura 27). Há previsão de construção de mais duas edificações na área. Uma se trata de complexo poliesportivo e a outra do centro de convivência. Esses espaços serão detalhados mais adiante.

Tabela 5 - Histórico de construções (SETOR 5)

NÚMERO	CONSTRUÇÕES	ÁREA	SITUAÇÃO	CONCLUSÃO
1	GUARITA/PÓRTICO	9,00m ²	CONCLUÍDA	1996
2	GINÁSIO DE ESPORTES	1.786,58m ²	CONCLUÍDA	1996
3	PISCINA	532,24m ²	CONCLUÍDA	2007
4	BLOCO DE EDUCAÇÃO FÍSICA	264,77m ²	CONCLUÍDA	2009
5	LABORATÓRIO DE ESFORÇO FÍSICO	463,92m ²	CONCLUÍDA	2010
6	PISTA DE ATLETISMO	6.518,86 m ²	CONCLUÍDA	2018
7	CAMPO DE FUTEBOL E GRAMADO	8.052,03 m ²	CONCLUÍDA	2017

Fonte: Pesquisa de campo autora

Figura 28 - Campo de futebol, 2011



Fonte: AEEA, 2011.

A figura 28 mostra a conclusão do campo de futebol no ano de 2011. Pouco mais de 5 anos após a entrega da obra, o espaço foi reformulado para instalação da pista de atletismo da universidade de acordo com padrões internacionais. O espaço foi inaugurado e entregue à universidade em janeiro de 2018.

Figura 29- Pista de Atletismo e campo de futebol



Fonte: AEEA, 2017.

Avançando-se para o espaço no setor 6, verifica-se a área destinada construção do Hospital Universitário (HU), atualmente em execução. Estima-se, segundo dados de projetos, que a área urbanizada corresponda a aproximadamente 41.458,68 m². Observa-se que a localização do Hospital Universitário (HU) está afastada as edificações ligadas ao Departamento de Ciências Biológicas e da Saúde (DCBS), uma vez que o funcionamento dos cursos de graduação está localizado na área do (Setor 1).

Tabela 6- Histórico de construções (SETOR 6)

NÚMERO	CONSTRUÇÕES	ÁREA	SITUAÇÃO	EM EXECUÇÃO
1	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO	41.458,68m ²	CONTRATO	2016-2019

Fonte: pesquisa de campo autora

Figura 30 - Hospital Universitário em construção



Fonte: AEEA 18/04/2018.

A figura 30 apresenta o registro do Hospital Universitário em construção, ao lado da pista de atletismo da universidade. Espera-se, de acordo com o PDI (2015-2019), que a obra seja concluída até o final do ano de 2019.

Direcionando-se para área do Setor 7 (tabela 7), constata-se que a edificação da casa do estudante., está isolada as demais edificações ligadas a universidade. A construção da obra foi iniciada no ano de 2013 e concluída no ano

2017, com aproximadamente uma área construída de 2.082,20m². Contudo, apesar de concluída, percebe-se que o espaço ainda não cumpre as funcionalidades de assistência estudantil.

Tabela 7 - Histórico de construções (SETOR 7)

NÚMERO	CONSTRUÇÕES	ÁREA	SITUAÇÃO	CONCLUÍDA
1	CASA DO ESTUDANTE	2.082,20m ²	CONCLUÍDA	2017

Fonte: Pesquisa de campo autora, 2019.

O espaço foi construído sem nenhuma conexão com as demais áreas da universidade, de modo que o acesso dos estudantes deverá ocorrer pelo perímetro externo ao muro da universidade, contornando as vias Inspetor Aimoré, Inspetor Orlando Dias e Inspetor Amadeu Gama (figura 2), já que não há vias e passarelas internas dentro do campus que proporcionem trânsito.

Durante o ano de 2018, a edificação foi ocupada provisoriamente por estudantes que protestaram pela entrega da obra à comunidade acadêmica. De outro lado, gestores anunciaram que tal situação decorre da falta de urbanização da área de entorno.

Figura 31 - Ocupação Casa do Estudante – UNIFAP, 23/10/2018



Fonte: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2018/10/24/universitarios-ocupam-predio-da-casa-do-estudante-da-unifap-cobrando-retorno-das-obras.ghtml>. Acesso: 30 abr.2019..

Para Manuel Castells (2012), os movimentos sociais na era da internet “têm exigido uma nova forma de democracia”. Do espaço virtual para o local, a

mobilização de estudantes representa as lutas sociais¹⁷. Noutra viés, a reportagem também trouxe a declaração de um gestor sobre a existência de mobiliários adquiridos para o prédio que ficaram guardados por mais de um ano e que acabaram sofrendo deterioração. Tal situação pode ser associada à falta de planejamento e deficiências na gestão do bem público.

Avançando para o último espaço edificado, o setor 8, visualiza-se a edificação conhecida como Colégio da Aplicação (figura 2). O prédio foi construído no ano de 2008 possui uma área edificada de 1.042,22 m². Nota-se que a área também não dispõe de infraestrutura de acesso conectada aos demais prédios do campus universitário. Sabe-se que a utilização da edificação é administrada pelo município e se destina ao funcionamento de ensino fundamental.

Tabela 8 - Histórico de construções (SETOR 8)

NÚMERO	CONSTRUÇÕES	ÁREA	SITUAÇÃO	CONCLUSÃO
1	COLÉGIO DE APLICAÇÃO	1.042,22m ²	CONCLUÍDA	2008-2009

Fonte: pesquisa de campo autora

Observou-se que a partir do Plano de Desenvolvimento Institucional¹⁸ PDI 2015-2019, elaborado no ano de 2015, a existência de uma lista de obras de infraestrutura para a execução nos diversos campi da universidade. Notou-se que a maioria das novas edificações estavam previstas para a execução no campus universitário Marco Zero do Equador, em Macapá, conforme quadro 1.

¹⁷<https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2018/10/24/universitarios-ocupam-predio-da-casa-do-estudante-da-unifap-cobrando-retorno-das-obras.ghtml>

¹⁸O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é o documento norteador do planejamento estratégico de uma Instituição de Ensino Superior (IES). Nele constam as estratégias, objetivos, metas e ações que serão adotadas para se atingir a missão da IES. O documento traz também as ações de gestão da instituição, no que tange à sua organização administrativa, financeira e orçamentária, de infraestrutura e responsabilidade de inclusão social e desenvolvimento.

Quadro 1 - Demandas de Obras, Campus Marco Zero, Macapá. Fonte: PDI (2015-2019)

PROJETO	CAMPUS	PREVISÃO
Hospital Universitário	Marco Zero	2018/2019 - primeira etapa
Construção do prédio do DCET (Bloco I)	Marco Zero	2016/2017/2018
Construção do prédio do DCET (Bloco II)	Marco Zero	2018
Prédio de Vivência	Marco Zero	2017 em diante
Nova Biblioteca Central	Marco Zero	2016/2017/2018
Centro de Línguas	Marco Zero	2016/2017
Complexo Poliesportivo	Marco Zero	2017/2018/2019
Pista de atletismo	Marco Zero	16 e 17
Prédio de laboratórios de Engenharia Civil	Marco Zero	2016
Conclusão da Farmácia-Escola e urbanização	Marco Zero	2016
Conclusão do prédio da PROEAC	Marco Zero	2015
Urbanização da Casa do Estudante	Marco Zero	2015/2016
Construção de 2 (dois) blocos acadêmicos	Santana	2015/2016
Construção de 2 (dois) blocos acadêmicos	Mazagão	2016
Construção de 3 (três) blocos de sala de aula e laboratórios	Oiapoque	2015/2016
Prédio acadêmico com 7 (sete) pavimentos	Marco Zero	2016/2017/2018

Fonte: PDI 2015-2019

Dentre as 16 obras apresentadas no quadro acima, 13 estavam previstas para serem executadas no campus marco zero do Equador. Constatou-se que avançaram para a fase contratual, execução da obra, os seguintes investimentos: Hospital Universitário, Nova Biblioteca Central, Pista de Atletismo, Prédio de Laboratórios de Engenharia Civil. Dentre esses, somente a pista de atletismo foi concluída e entregue à comunidade dentro do prazo planejado. Os outros investimentos não evoluíram para a fase de licitação em decorrência de pendências orçamentárias e projetos.

Continuando a lista de obras do quadro 1 na próxima página, contabiliza-se mais 15 obras de infraestrutura, sendo 11 para implantação no campus Marco Zero. 9. Todavia verifica-se que 10 tiveram início de execução antes da elaboração do PDI 2015-2019.

Quadro 2 - Demandas de Obras, Campus Marco Zero, Macapá. Fonte: PDI (2015-2019)

Construção de 2 (dois) prédios, com 3 (três) pavimentos	Oiapoque	2015/2016
2ª etapa da construção do Centro de Educação	Marco Zero	2015/2016
Construção de 1 (um) bloco de salas	Calçoene	2015/2016
Bloco Acadêmico de 2 (dois) pavimentos (Engenharia Civil)	Marco Zero	2015/2016
Prédio da biblioteca	Mazagão	2015/2016
Ampliação do prédio do Centro de Letras e Artes para o curso de Jornalismo	Marco Zero	2015/2016
Conclusão do pavimento térreo do Bloco A	Oiapoque	2015
Prédio para o curso de Fisioterapia	Marco Zero	2015
Conclusão do prédio do DERCA	Marco Zero	2015
Conclusão do prédio do curso de Enfermagem	Marco Zero	2015
Construção do bloco de salas de aula do Dpto de Ciências Biológicas e da Saúde	Marco Zero	2015
Construção de 1 (um) bloco de salas de aula, com 2 (dois) pavimentos, para o curso de Medicina	Marco Zero	2015
Prédio de Engenharia Elétrica	Marco Zero	2015
Conclusão do prédio do Ambulatório	Marco Zero	2015
UBS	Marco Zero	2016/2017

Fonte: Prefeitura/PROAD/UNIFAP, 2015.

Fonte: PDI (2015-2019, p.82)

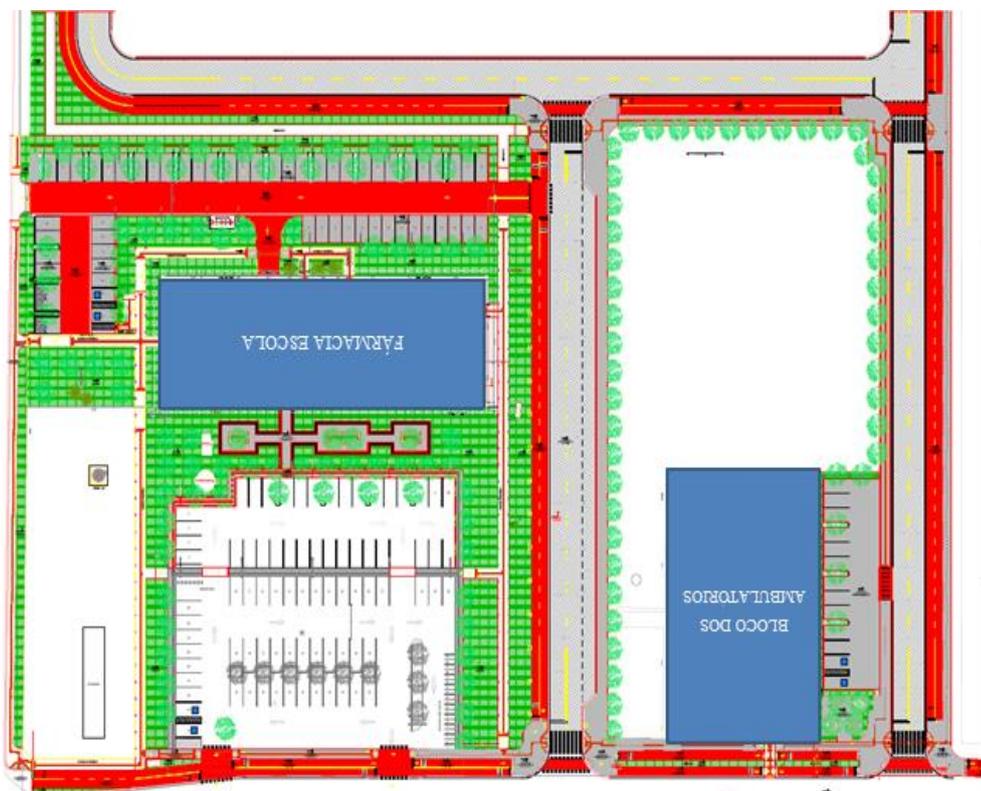
A partir do quadro de obras buscou-se apresentar o levantamento de novas áreas urbanizadas por setores projetados durante os últimos anos. Classificamos como novos espaços urbanos do campus universitário, aqueles que iniciaram a fase de elaboração de projeto e execução de obra nos últimos cinco anos.

Segundo Santos (1985, p. 1), “o espaço não pode ser formado apenas pelas coisas, por objetos naturais e artificiais. Ele é um produto humano e sua organização deve refletir as necessidades humanas. O espaço social fruto das

relações entre os homens é também o resultado das suas ações projetadas no tempo”.

Verifica-se no setor 1, alguns melhoramentos das condições de infraestrutura de entorno das edificações ambulatoriais (figura 18). Nota-se de acordo com o recorte do projeto de urbanização, a proposta de abertura de uma nova via para interligar ao prédio conhecido como farmácia escola, bem como a ampliação de vagas de estacionamento, inclusão de ciclovias e paisagismo no entorno.

Figura 32 - Projeto Urbanização -Farmácia Escola e Ambulatórios (SETOR 1)



Fonte: AEEA/UNIFAP, 2018.

A figura 32 apresenta uma parte do projeto de urbanização da área de entorno do prédio do ambulatório e farmácia escola. Parte do projeto de urbanização de entorno fora executado por meio do termo de ajuste de conduta (figura 17). Enquanto que a outra parte deverá ser contemplada no momento construtivo de conclusão da obra do prédio da farmácia escola.

Além da situação de urbanização no entorno das edificações Farmácia Escola e Ambulatórios, vislumbrou-se uma proposta de construção de uma nova Unidade Básica de Saúde (UBS) (quadro 2), conforme se apresenta na maquete de anteprojeto na figura 33.

Figura 33 - Maquete anteprojeto ampliação UBS



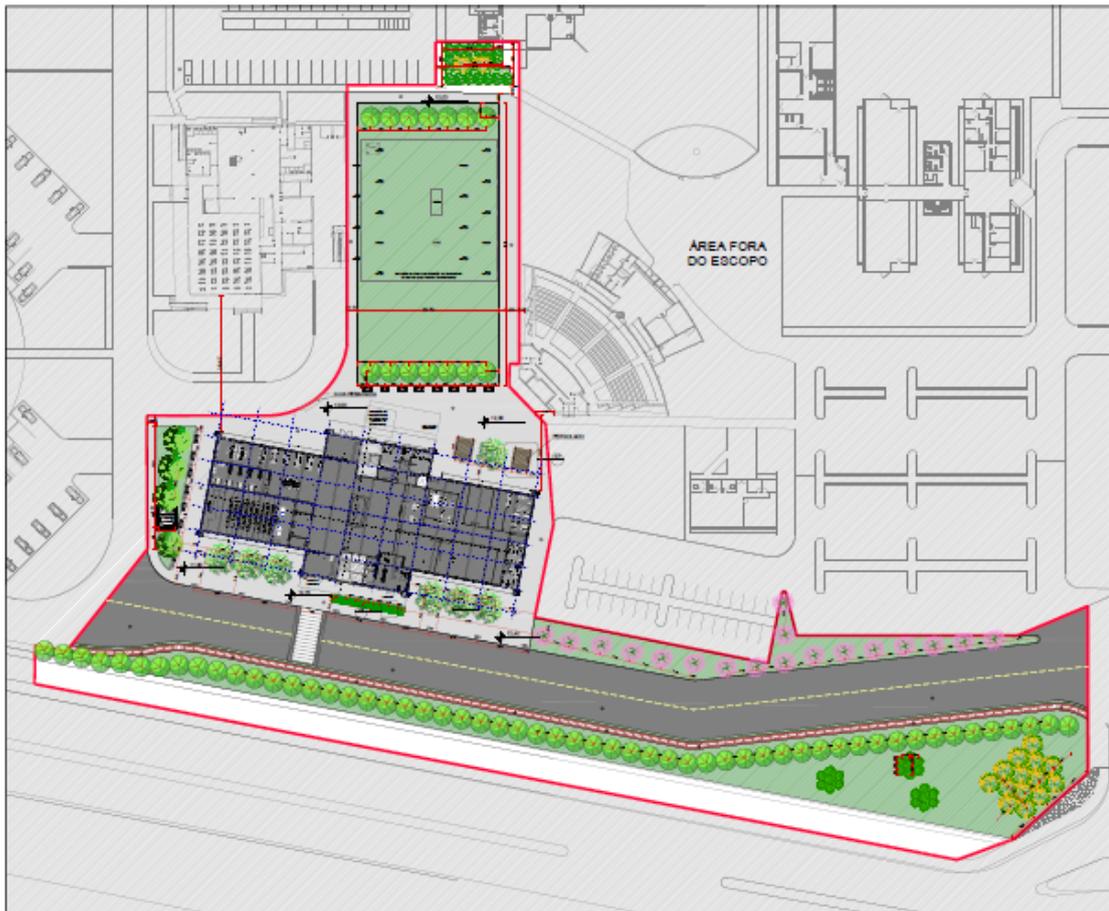
Fonte: PREFEITURA/AEEA/UNIFAP

No setor 2, localiza-se uma área reservada para a construção de mais um prédio para contemplar os cursos que fazem parte do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas (DFCH). A reivindicação da edificação é uma demanda antiga da comunidade, no qual verificou-se a tentativa de contratação da obra, por meio da modalidade de contratação integrada nos termos da Lei 12.462/2011 - Regime Diferenciado de Contratações. No entanto, o certame não logrou êxito nas três tentativas. Um dos motivos é devido o preço ofertado pelas empresas participantes estar acima do orçamento base da instituição.

Percebe-se que a proposta de construção ousada de um edifício com 7 pavimentos estaria em desacordo com a legislação do município de Macapá em função da altura do gabarito. É provável que outros obstáculos limitem a implementação do projeto, tais como: de ordem política, cultural, econômica e institucional, assim como Souza (2013, p. 313) assinala.

A construção de uma nova biblioteca central para a universidade é uma demanda antiga da instituição. Em fase de execução, a nova edificação contará com aproximadamente 4.685,78 m² de área edificada, distribuída em 3 pavimentos: térreo, 1º. e 2º. pavimento. O espaço abrigará auditórios, salas técnicas, biblioteca em braile, salas administrativas, salas de vídeo, e áudios, sala de informática, sala de periódicos, sala de multimeios, salas de reunião, salas de estudos, tecnologia da informação, banheiros masculinos, feminino e PNE.

Figura 34 - Construção da Nova Biblioteca Central(SETOR 3)



Fonte: PREFEITURA/AEEA/UNIFAP

A figura 34 apresenta o recorte do projeto de implantação de entorno ao prédio, destacando a área de influência do projeto dentro da linha de contorno em vermelho. Tal urbanização possibilitará melhoramentos de infraestrutura, bem como a ligação da principal via de acesso ao campus à via que passa a lateral do prédio do restaurante universitário. De outro modo, é possível que a construção da nova biblioteca venha reduzir a ventilação e conforto dos usuários no restaurante universitário, que não dispõe de equipamentos de climatização na área do refeitório.

Seguindo o levantamento das novas áreas urbanizadas com base em projetos para serem implementados no campus universitário, visualiza-se, a seguir, o recorte da planta baixa do projeto do centro de línguas. A edificação deverá ser construída ao norte do prédio existente, bloco de letras e artes (2013). Frisa-se que tal edificação está em processo de ampliação.

Figura 35 - Centro de Línguas (SETOR 4)



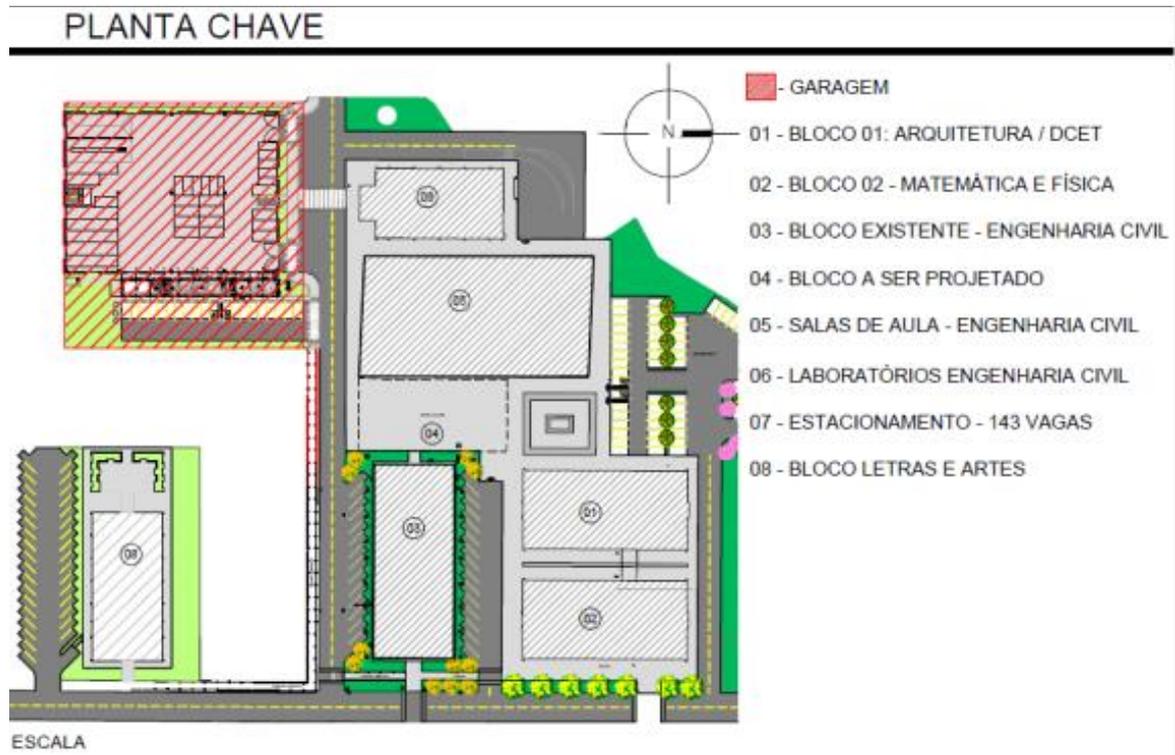
Fonte: PREFEITURA/AEEA/UNIFAP

O prédio do Centro de Línguas terá aproximadamente 2.172,03 m² de área construída, distribuídos em dois pavimentos que abrigará os seguintes espaços: laboratórios de letras, salas de coordenação, direção, copa, dml, laboratórios de informática, auditórios, laboratório de libras, depósito e banheiros.

Visualiza-se um número crescente de edificações a serem erguidas na área a qual denominamos, nesta pesquisa, de setor 4. A figura 36 apresenta um recorte da planta baixa de implantação do projeto de urbanização da área, que contará com a construção das seguintes edificações: Bloco DCET 01, Bloco DCET 02, Bloco de Engenharia Civil, Bloco de Laboratórios, além de uma nova Garagem institucional. Destaca-se, que essa última demanda não consta no rol de

investimentos de infraestrutura previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional (2015-2019).

Figura 36 - Urbanização da área do DCET (SETOR 4)



Fonte: AEEA/2017.

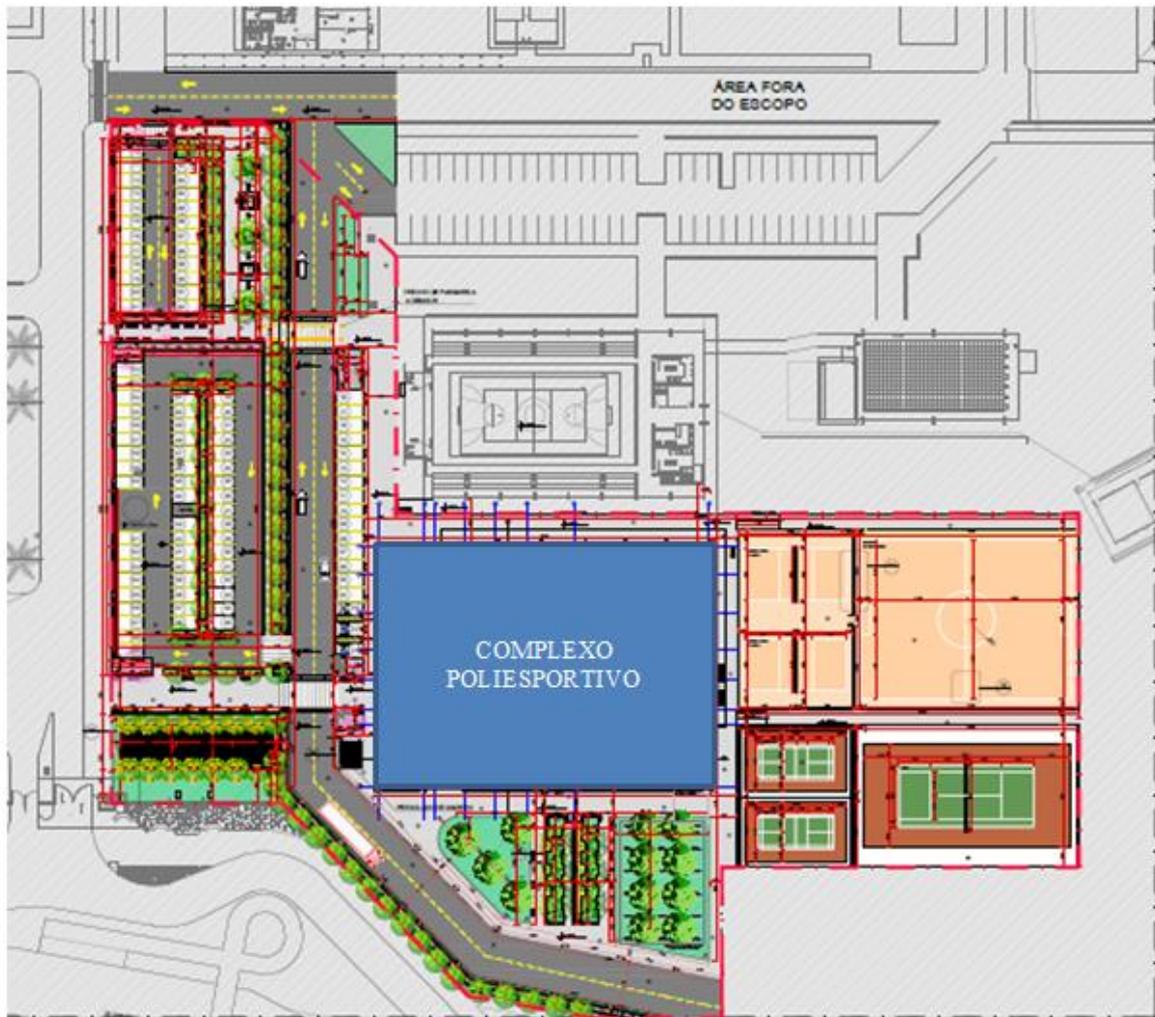
O prédio do DCET 01 terá aproximadamente 3.191,22m² de área construída, distribuídos em 03 pavimentos, compartimentados da seguinte forma: 08 salas de aulas, laboratório de informática, gabinetes professores, salas administrativas, coordenações, direção, secretarias, laboratórios de práticas, salas de pesquisas, laboratórios de maquetes, laboratório de eficiência energética, laboratórios de desenho e práticas de projetos, banheiros.

O prédio do DCET 02 terá aproximadamente 3.054,34m² de área construída total, distribuída em 03 pisos da seguinte maneira: 08 salas de aulas, gabinetes de professores, espaços lanchonete/café, laboratório de física, oficina mecânica, sala PET, sala BIPDI, laboratório de eletrônica digital e analógica, salas técnicas, dml, sala de matemática, sala monitoria, laboratório pedagógico, banheiros.

O laboratório de Engenharia Civil, atualmente em execução, conta com aproximadamente 1.195,2m² de área construída, cujo espaço interno deve abrigar: laboratório de estrutura, laboratório de pavimentação, laboratório de geotecnia,

laboratório de materiais de construção, sala de capeamento, câmara úmida, laje de reação, escritório de projetos, coordenação, laboratório de modelagem numérica, sala administrativa, sala de aula, sala de professores, sala de reunião e banheiros.

Figura 37 - Complexo Poliesportivo (SETOR 5)



Fonte: AEEA/2017.

A figura 37 compreende o recorte do projeto de implantação do Complexo Poliesportivo da universidade que abrangerá uma área de implantação com aproximadamente 14.975,31 m², distribuída entre edificações e quadras diversas. A edificação terá dois pavimentos com aproximadamente 3.736,56 m² e abrigará os seguintes espaços: ginásio/quadra poliesportiva, academia, vestiários, biblioteca setorial, sala de lutas marciais, quadra de squash, sala de danças, sala de educação tutorial, laboratório de pedagogia do movimento, laboratório de biomecânica do movimento, banheiros, 20 gabinetes para professores. Quadras: 02 quadras de

voleibol de areia, quadra de areia de beach soccer, 02 quadras de badminton, 01 quadra de tênis. Além de 88 vagas de estacionamento.

Figura 38 - Maquete com localização do futuro Complexo Poliesportivo (SETOR5)



Fonte: AEEA/2017.

A figura 38 apresenta a imagem ilustrativa do projeto que foi planejado para ocupar o espaço ao lado do atual ginásio esportivo da universidade. Visualiza-se que a área é próxima ao acesso principal do campus e em frente à passarela elevada na Rodovia Juscelino Kubitschek.

Por conseguinte, de modo a proporcionar a ligação entre os espaços, apresenta-se a figura 39, que se trata do recorte do projeto de implantação do Centro de Convivência. O projeto deverá dar continuidade ao arruamento e ciclovia a serem construídas junto com a obra do Complexo Poliesportivo.

Figura 39 - Centro de Convivência e implantação de entorno (SETOR 5)



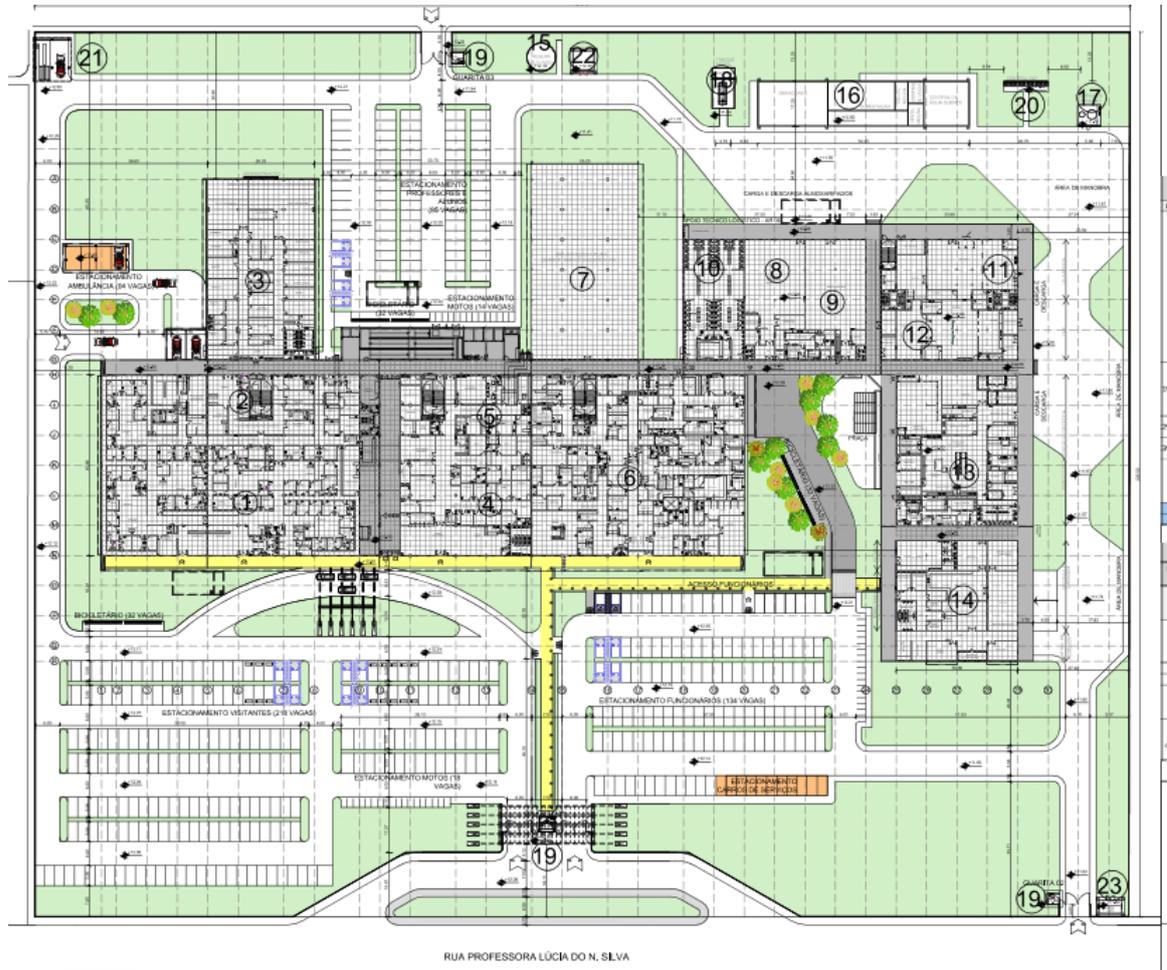
Fonte: AEEA/2017.

A futura edificação do Centro de Vivência terá aproximadamente 1.901,85m², distribuídos em dois pavimentos compartimentados da seguinte maneira: salão de jogos/convivência, salão churrasqueira, cozinha, copa, vestiários, banheiros e salão de festas.

Seguindo o processo de descrição dos espaços planejados, tem-se no setor 6, a construção do Hospital Universitário. A obra é considerada uma das maiores do Estado. Com o orçamento estimativo de R\$ 172.000.000 (cento e setenta e dois milhões de reais) para a construção da primeira fase, o hospital deverá ser um centro de referência no atendimento de média e alta complexidade, contará com unidade ambulatorial de 60 consultórios, triagem especializada de urgência e emergência, unidade de internação com 240 leitos hospitalares e 60 leitos de UTIs, unidade de apoio diagnóstico e terapia com unidades funcionais completas de Imagenologia, Métodos Gráficos, Patologia Clínica, Anatomia Patológica, Centro Cirúrgico com 10 salas de cirurgia e Apoio Técnico Logístico. Estima-se uma área total construída de 40.033,78 m².

A figura 40 apresenta um recorte do projeto de implantação ao entorno do prédio, que contará com vagas de estacionamento, vias de apoio e áreas verdes de paisagismo.

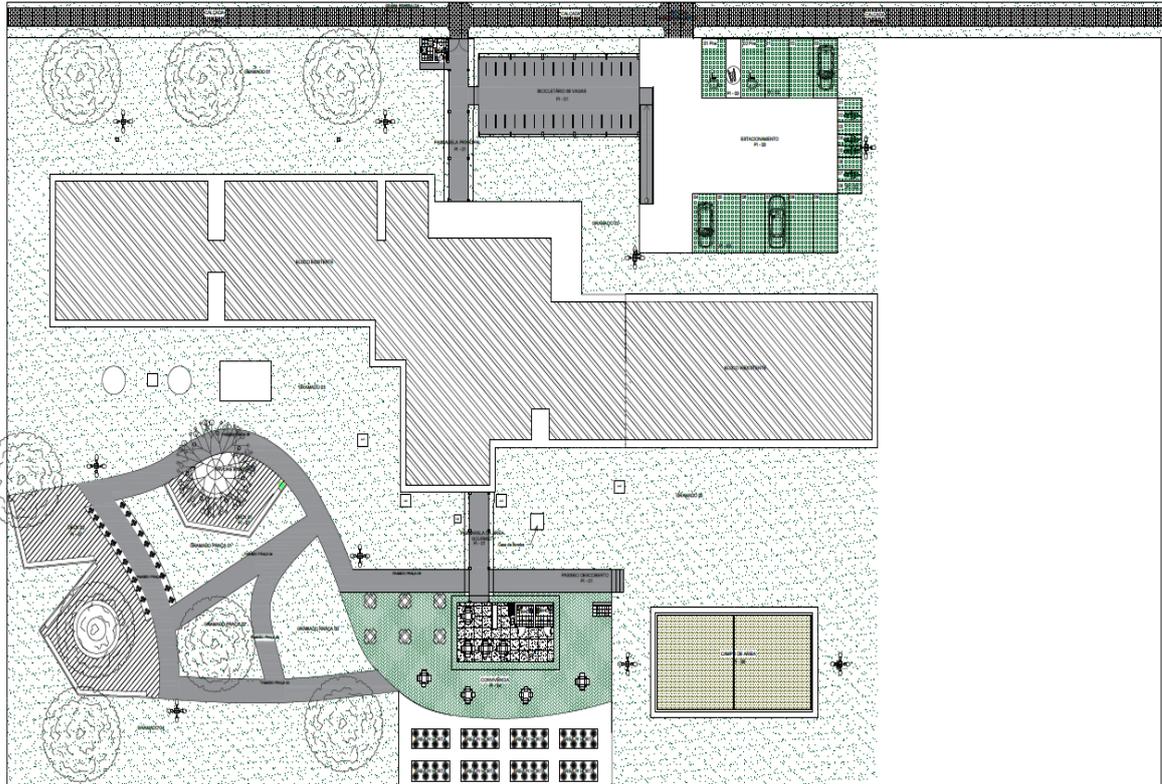
Figura 40 - Implantação do Hospital Universitário (SETOR 6)



Fonte: AEEA/2017.

Finalizando a pesquisa de campo documental, apresenta-se na figura 41 o recorte do projeto de urbanização a ser construído no perímetro externo à casa do estudante. No espaço de entorno a edificação, projetou-se um bicicletário coberto com 52 vagas, anexo do estacionamento de carros e motocicletas, e opções de lazer para esses futuros moradores, com uma praça composta por passeios em concreto e dois decks de madeira com bancos e mesas. Além da praça, será construída uma área de convivência com banheiros e uma quadra de areia para a prática de esportes.

Figura 41- Urbanização do entorno da área do estudante (SETOR 7)



Fonte: AEEA/2018.

O projeto de urbanização de entorno foi concebido pelo Escritório Modelo de Engenharia Civil (EMEC) da universidade e contou com a participação de acadêmicos de área de engenharia e arquitetura. Verificou-se que o projeto foi finalizado em novembro de 2017 com orçamento estimativo de R\$ 690 mil¹⁹. Contudo, percebe-se na declaração de um dos idealizadores do projeto, a limitação da disponibilidade orçamentária: *“Nós tínhamos um teto para gastos. A obra será executada com verbas provenientes de emendas parlamentares. Então, tivemos o cuidado de não exceder o orçamento”*.

Depreende-se da declaração, que os espaços projetados são moldados para caber em determinado orçamento. Nota-se que o documento balizador de planejamento institucional estabeleceu a previsão de desembolso anual para cada projeto.

Dos 31 investimentos de expansão urbana da universidade, 24 estavam previstos para serem executados no campus universitário Marco Zero do Equador, o

¹⁹Disponível em <<http://www.unifap.br/public/index/view/id/9428>>. Acesso em 17 de abril de 2019.

que equivale 77% de obras. Verificou-se que dentre os 24 investimentos, 15 (68%) iniciaram a fase contratual (execução da obra), em períodos gestores anterior. Do mesmo modo que se constata que o planejamento de novos espaços institucionais é sustentado com base em ações realizadas por governos anteriores; ou seja, continuidades. É conveniente citar que para que uma obra seja iniciada, é preciso que o investimento esteja previsto nas leis orçamentárias.

Durante os anos de 2016 e 2017, os gestores deram a publicidade sobre os impactos de cortes de repasses de investimentos, conforme a tabela 9.

Tabela 9 - Composição do orçamento geral da UNIFAP

GND	2016	2017
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 116.810.613,00	R\$ 124.779.563,00
Outras Despesas Correntes (custeio)	R\$ 40.191.355,00	R\$ 34.431.714,00
Investimentos (capital)	R\$ 33.161.959,58	R\$ 8.331.555,00
Total	R\$ 190.163.927,58	R\$ 167.542.832,00

Fonte: Disponível em <<http://www2.unifap.br/orcamento/orcamento-2017/>> Acesso em: 9 abr.2019.

A tabela acima apresenta a redução dos investimentos de capital que correspondem a despesas de obras de infraestrutura da instituição. É possível que os cortes venham a ser ainda maiores, devido ao atual cenário político do governo federal.

De um modo geral, buscou-se a partir da pesquisa documental e observação em campo, apresentar um recorte de como se desenvolveu o processo de construção e ocupação do campus Marco Zero do Equador. A ideia é conhecer a evolução do processo construído no passado, presente e futuro, poderá proporcionar a adoção de medidas para minimizar os impactos, assim como trazer a responsabilidade da comunidade em discutir o espaço urbano coletivamente. Bem como trazer uma parte dos projetos planejados que devem possibilitar as transformações no espaço urbano universitário.

Percebe-se que a configuração da urbanização tem se consolidado as proximidades das edificações existentes para atender às demandas institucionais de modo isolado. Nesse sentido, observou-se uma desarmonia em relação às diretrizes de política urbana, a qual trata o planejamento urbano construído com base em um plano diretor, de modo que possa proporcionar uma maior participação da sociedade.

5.1 A ANÁLISE DOS DADOS DE ENTREVISTAS E QUESTIONARIOS

Aprofundando-se a pesquisa com os gestores, nota-se que o espaço foi construído com base em diferentes contextos. A partir da aplicação do questionário *online*, elaborou-se a tabela 9 com a súmula das respostas dos gestores envolvidos diretamente no processo de planejamento dos espaços, o qual se designou de área técnica operacional.

Tabela 10 - Súmula respostas gestores técnicos

N.	PERGUNTAS	GESTOR A	GESTOR B
1	Qual seu conhecimento sobre Plano Diretor?	<i>Conheço as diretrizes</i>	<i>Técnico</i>
2	Quais diretrizes definiram ou definem a construção de novos espaços dentro Campus Marco Zero do Equador durante o período em que você atuou como gestor?	<i>Infraestrutura já existente. Necessidade de acesso e tentar agrupar finalidades afins.</i>	<i>PDI e PPC dos cursos.</i>
3	De que forma a comunidade participou ou participa do processo de planejamento para a construção e expansão no Campus Marco Zero do Equador?	<i>Havia conversa com o curso ou cursos que iriam ocupar os espaços em questão.</i>	<i>Principalmente quanto motivadas por demanda de interesse do colegiado a qual pertencem.</i>
4	Quais fatores dificultaram ou impediram a realização do Plano Diretor durante o período em que você atuou como gestor?	<i>Equipe Técnica para sua execução. O quadro da Prefeitura do Campus era reduzido e as demandas no setor maiores que o quadro, uma vez que a Universidade estava em expansão.</i>	<i>Orçamentário, financeiro e burocracia.</i>

Fonte: pesquisa de campo da autora

Foram entrevistados dois gestores que atuaram em diferentes momentos do processo histórico de construção do espaço universitário. Nomeou-se de gestor A e B em função da preservação da identidade dos voluntários. O gestor A declarou conhecer as diretrizes sobre Plano Diretor. Pontuou que a expansão das construções se concentrou nas proximidades dos prédios até então existentes, principalmente em função da infraestrutura, pois destacou que era mais oneroso para a Administração levar o sistema de infraestrutura (água e energia) para áreas mais distantes.

O gestor A assinalou que a participação da comunidade no processo de planejamento se fazia com base em levantamentos das partes interessadas, no caso, com reuniões de colegiados dos cursos que iriam ocupar os espaços.

O gestor A declarou que dentre uma das dificuldades que impediram a realização de um planejamento urbano pautado em um Plano Diretor, foi a falta de equipe técnica, pois o quadro de servidores da prefeitura do campus - Assessoria Especial de Engenharia e Arquitetura dispunha de apenas 02 (dois) servidores e que as demandas da unidade eram maiores que a capacidade técnica do setor.

O gestor A também ressaltou que o primeiro concurso para a composição do quadro de pessoal técnico viera a ocorrer muitos anos depois da fundação da universidade (1990). Diante dessa informação, constatou-se que somente no ano de 2008, foi lançado o primeiro concurso através do Edital 06/2008²⁰ para o preenchimento de 04 vagas para o cargo de arquiteto e urbanista, sendo os aprovados convocados em junho do mesmo ano.

O gestor A ponderou que mesmo diante da constituição de uma equipe de profissionais ligados à temática de planejamento urbano, deve-se levar em consideração a “expertise” dos servidores na condução de um plano diretor ou de uma capacitação que os habilitassem na condução do trabalho. Tal como aponta Souza (2012), não basta somente o arquiteto e urbanista, pois o planejamento urbano dialoga com outras áreas e disciplinas.

O gestor B declarou ter conhecimentos técnicos e políticos sobre o Plano diretor. Ao ser abordado sobre as diretrizes que definiram a construção de novos espaços, declarou que foram elaboradas com base em dois instrumentos internos de planejamento: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC).

O gestor B declarou que a participação da comunidade se faz principalmente com as partes interessadas no projeto de construção. Exemplificou que se a construção for destinada ao uso de determinado departamento/colegiado “A”, o departamento/colegiado “B” não fará parte do processo de planejamento das construções.

²⁰Disponível em: https://depsec.unifap.br/editais.php?cod_pagina=1&cod_noticia=1774. Acesso em 17 de abril de 2019.

Além disso, pontuou que normalmente o departamento/colegiado que não fará uso direto do espaço não se interessa em participar das ações de planejamento de outros departamentos. E que os próprios gestores não convocam a participação da comunidade em geral, pois não se vê a necessidade de chamar o departamento de exatas para discutir o planejamento dos espaços de uso exclusivamente do departamento da área da saúde.

O gestor B destacou que 04 (quatro) fatores dificultaram ou impediram a realização de um plano diretor durante o período em que atuou como gestor: *orçamentário, financeiro, burocracia e consciência da necessidade pela gestão e comunidade*. O gestor também assinalou que o volume de uma lista de diversas demandas de infraestrutura e a falta de uma ordem de prioridade para atendimento limitaram a capacidade de atuação.

No tocante a questão orçamentária, destacou que os investimentos cujos recursos são provenientes de emendas parlamentares, enfrentam dificuldades de execução financeira para o governo gestor ligado a partido de oposição. Declarou que normalmente, as emendas parlamentares são liberadas de forma mais célere para gestores que fazem parte da mesma linha político-partidária.

Assim, sobre as dificuldades enfrentadas pela instituição na implementação de uma política de desenvolvimento urbano, o gestor B relacionou a falta de consciência dos gestores no planejamento urbano em médio e longo prazo; a falta de prioridade de gestão; a ausência da comunidade, conselhos, sindicatos na cobrança de um plano diretor, assim como o contingenciamento orçamentário em razão de variações constantes na quantidade de recursos repassados à instituição.

Quando perguntado sobre os efeitos da expansão do espaço universitário sem ter por base um plano diretor, na percepção do Gestor B, não se faz uma reflexão sobre o desenvolvimento institucional em médio e longo prazo, pois não se enxerga a instituição daqui a 50 anos. Tampouco se pensa em reservar e resguardar áreas para almejar o crescimento da universidade. O gestor B considerou que se perde em qualidade de uso e ocupação do solo, pois se poderia ter um melhor saneamento básico, melhores condições de mobilidade e acessibilidade, e um planejamento setorizado administrativo e agrupado como, por exemplo, o setor da saúde ao hospital universitário.

Complementando-se a pesquisa de campo, elaborou-se a súmula das respostas de gestores (tabela 10) que atuaram na área de planejamento estratégico da universidade, tais como: reitores, vice-reitores e pr-reitores. Do mesmo modo, nomeamos de gestor C e D para a preservação da identidade dos participantes. Note-se que as respostas deles dialogam com o exposto pelos gestores A e B.

Tabela 11 - Súmula respostas gestores estratégicos

(continua)

N.	PERGUNTAS	GESTOR C	GESTOR D
1	Qual seu conhecimento sobre Plano Diretor?	<i>Trata-se de um planejamento a partir de estudos prévios para organizar as construções e organização dos espaços a ser urbanizados da IFES</i>	<i> um instrumento que orienta a construção de espaços, vias de acesso, oferta de serviços em uma cidade, área publica ou privada, tendo como objetivo oferecer melhores condições de vida aos usuários daquela área</i>
2	Quais diretrizes definiram ou definem a construção de novos espaços dentro Campus Marco Zero do Equador durante o período em que você atuou como gestor?	<i>Não havia um plano diretor, seguiu por um mapeamento dos espaços existentes e estudos de engenharia e arquitetura , considerando esses espaços já construídos, da melhor localização das obras a serem construídas</i>	<i>O Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI</i>
3	De que forma a comunidade participou ou participa do processo de planejamento para a construção e expansão no Campus Marco Zero do Equador?	<i>Os cursos e departamento, são chamados para discutir.</i>	<i>Participa através da construção dos planos de necessidades dos espaços que são definidos nos colegiados de cursos onde participam professores e alunos.</i>

Tabela 11 - Súmula respostas gestores estratégicos

(conclusão)

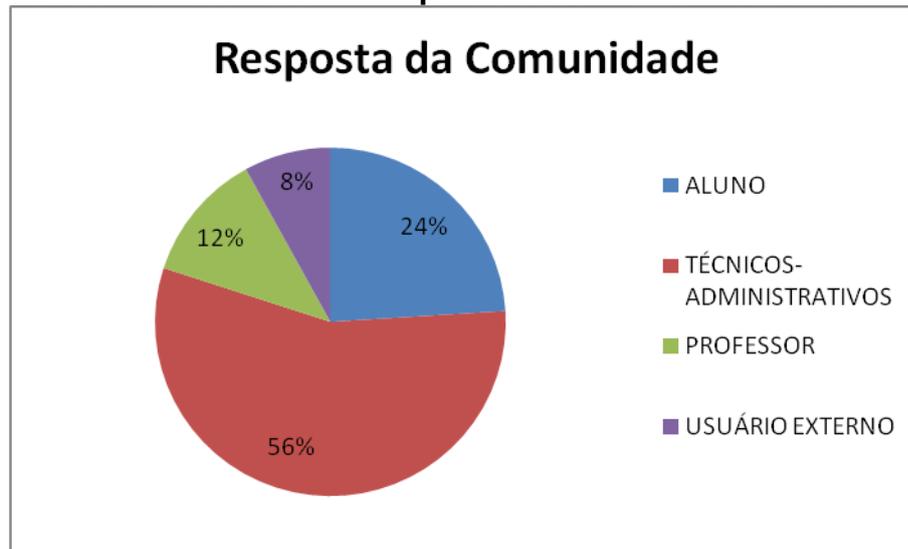
N.	PERGUNTAS	GESTOR C	GESTOR D
4	Quais fatores dificultaram ou impediram a realização do Plano Diretor durante o período em que você atuou como gestor?	<i>Havia uma grande agenda de organização necessária. PDI, Estatuto, que foram feitos, e o Plano Diretor que exigia recurso financeiro e além de pessoas especializado, não foi possível.</i>	<i>Falta de recurso e grande demanda de serviços de engenharia e arquitetura, o que neste caso, obrigou a gestão a escolher os projetos que seriam desenvolvidos pela empresa licitada para este fim.</i>

Fonte: pesquisa de campo da autora

No que diz respeito à pesquisa social realizada por meio da aplicação de questionário *online* junto à comunidade universitária, a primeira consideração que se faz é devido à baixa taxa de retorno. Do universo de 10.013 da população universitária dentre (professores, técnicos e alunos), obteve-se o retorno de 50 questionários respondidos.

Esperava-se obter uma amostra maior de usuários da comunidade universitária interna. Entretanto, em virtude dos prazos exíguos para a finalização da pesquisa, optou-se por trabalhar com a taxa de retorno obtida, sendo corrigida a amostra final. Frisar-se que o questionário ficou mais de 3 semanas aberto para o recebimento de respostas. Enviou-se por aplicativo de celular *Whatsaap*, individualmente e em grupos, também a diversos e-mails coletados no site da universidade e rede social *Facebook*, além fixar em murais (QRCODE – apêndice E) nos corredores da universidade.

Assim, diante do cronograma limitado para conclusão da pesquisa, trabalhou-se com a taxa de retorno obtida, sendo então corrigida a amostra da comunidade. Estratificou-se a amostra para verificação do percentual de participantes que responderam o questionário online: 56% técnico-administrativos, 24% alunos, 12% professores e 8% usuários externos.

Gráfico 1 - Resultado do questionário *online* comunidade

Fonte: pesquisa de campo da autora, 2019.

Dentre os discentes, 90% dos que responderam declaram ser alunos de cursos de graduação (medicina, farmácia, engenharia civil, arquitetura e urbanismo, matemática, química, filosofia, tecnologia em secretariado) e 10% declaram ser alunos de cursos de pós-graduação.

Constatou-se que a pesquisa também foi respondida por estudantes de outro campus da universidade, pois 81,8% dos estudantes declaram estudar no campus Marco Zero do Equador em Macapá e 18,2% no campus universitário no município de Santana.

Verificou-se que 64% dos voluntários da pesquisa declaram que gostariam de participar do processo de planejamento urbano do campus universitário, ultrapassando os 36% que não manifestaram interesse.

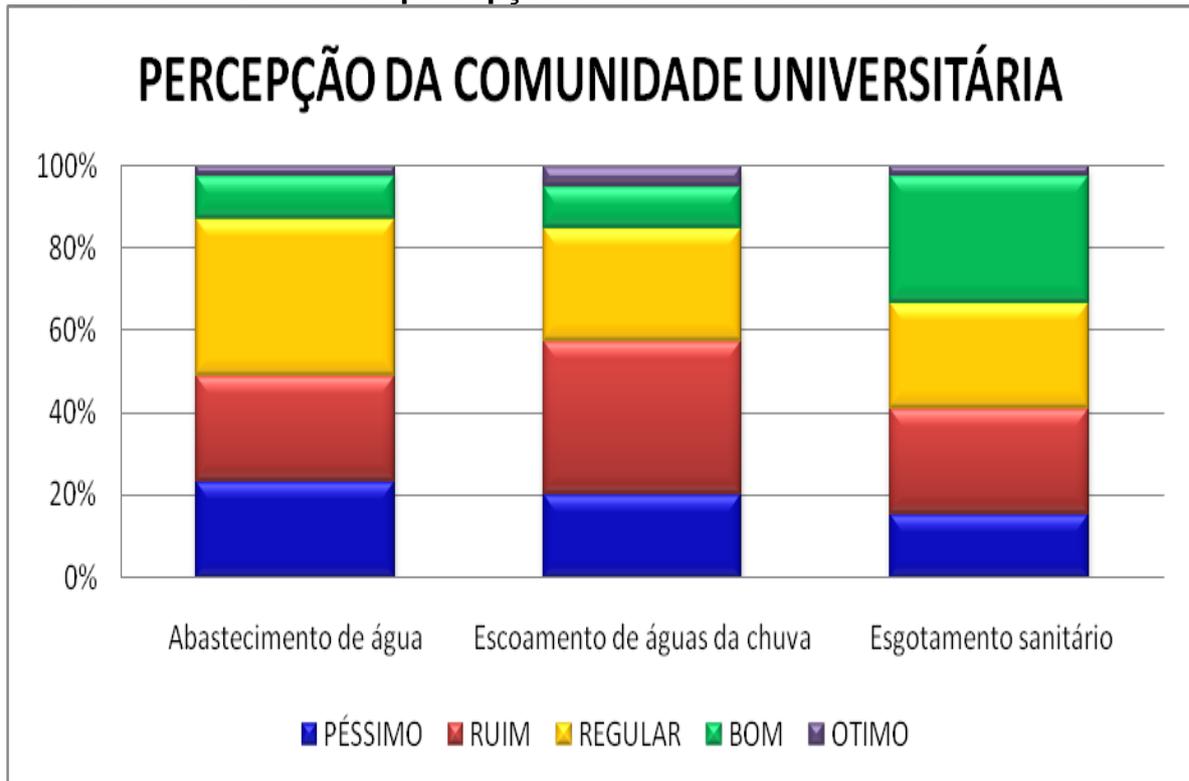
Considerou-se na pesquisa de campo, alguns vídeos que circularam nas redes sociais durante o período de campanha eleitoral referente à consulta prévia 2018 para escolha de novo reitor da universidade, bem como debates e críticas às situações de infraestrutura no campus universitário.

Pode-se dizer que dentre os embates mais recorrentes nos debates de campanha diziam respeito à falta de abastecimento de água no campus e a abertura de fossas sépticas para cada nova edificação erguida no campus. Diante dessa problemática, e principalmente considerando o cronograma apertado de prazo para finalização do trabalho, optou-se em trabalhar apenas os três resultados das

dimensões de saneamento²¹: abastecimento água, escoamento de águas da chuva e esgotamento sanitário (APENDICE – C)

A seguir, apresenta-se o gráfico (Gráfico 2) com as percepções da comunidade universitária sobre as condições existentes do campus Marco Zero do Equador sobre a dimensão de saneamento.

Gráfico 2 - Gráfico de percepção da comunidade dimensão saneamento



Fonte: pesquisa de campo da autora, 2019

Detectou-se em relação ao sistema de abastecimento de água, que 23% da comunidade avaliam o sistema como péssimo; 22% ruim; 39% regular; 10% bom e 8% ótimo. Não muito diferente, a comunidade avalia o sistema de escoamento de água da chuva/drenagem como: 24% péssimo; 36% ruim; 26% regular, 9% bom e 5% ótimo.

²¹Saneamento é o conjunto de medidas que visa preservar ou modificar as condições do meio ambiente com a finalidade de prevenir doenças e promover a saúde, melhorar a qualidade de vida da população e à produtividade do indivíduo e facilitar a atividade econômica. No Brasil, o saneamento básico é um direito assegurado pela Constituição e definido pela Lei nº. 11.445/2007 como o conjunto dos serviços, infraestrutura e Instalações operacionais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, drenagem urbana, manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais.

Observou-se que o sistema de esgotamento sanitário é o que se apresenta como uma melhor percepção entre os usuários, visto que avaliaram: 12% péssimo; 24% ruim; 31% regular, 27% bom e 6% ótimo.

De fato, entende-se que esses resultados não são relevantes para a avaliação do sistema de infraestrutura de saneamento do campus como um todo. Contudo, esperava-se obter outras contribuições no campo do questionário online que permitisse o tipo de resposta aberta, porém apenas 32% utilizaram essa opção.

Dentre os comentários mais significativos, destacou-se: a falta de consciência por parte dos usuários na conservação e preservação dos bens públicos, a falta de acessibilidade e sinalização, calçadas, passarelas, a falta de banheiros com chuveiros.

Voltando-se à temática de abastecimento de água no campus, verifica-se a partir da observação em campo, que o Setor 1 dispõe de 4 reservatórios elevados, cuja captação da água ocorre diretamente de poço. Depreende-se que tal feito está relacionado ao processo de expansão do campus sem diretrizes definidas de planejamento urbano. Visto que, quando se observa a situação do setor 2, que apresenta uma maior quantidade de edificações, apenas um reservatório elevado construído no início da universidade. Nesse sentido, pode-se considerar que o sistema esteja operando sobrecarregado, assim como por fatores de desperdício, mau uso, pressão, manutenção e a própria falta de regularidade no sistema de abastecimento do município.

Por outro lado, é comum observar durante algumas épocas do ano, alguns pontos da universidade, alagados. A taxa de permeabilidade do solo é um fator a ser considerado. E, na medida em que se edifica e se urbaniza, as superfícies de infiltração da água no solo tendem a ser reduzidas, e com isso, surge a possibilidade de que tais eventos venham a ocorrer de modo mais frequente e intenso.

A questão de escoamento de água da chuva está diretamente ligada ao sistema de drenagem urbana. No Brasil tem se noticiado nos últimos meses, a situação calamitosa em diversas capitais. No contexto local, o território universitário também requer alerta.

Sobre essa questão de infraestrutura, circulou nas redes sociais, ironicamente, a situação de um evento ocorrido no campus Marco Zero do Equador

em fevereiro deste ano (figura 42). Esse volume expressivo de águas pluviais poderia ser reaproveitado para reduzir as despesas anuais da universidade junto à concessionária estadual. No entanto, é preciso que se tenha uma rede estruturada e integrada, o que requer um planejamento urbano definido.

Figura 42 - Postagem de rede social - Campus Marco Zero do Equador



Fonte: Facebook, abril de 2019.

Outro aspecto relacionado à matéria de saneamento deve-se a falta de uma rede de esgotamento sanitário. De fato, verifica-se a existência de diversas fossas e sumidouros próximos a maioria das edificações. Considerando que o município não dispõe de um sistema de coleta de esgoto, acaba-se recaindo a construção de sistemas usuais de baixo custo. Destaca-se que o Estado amapaense apresenta um dos piores índices de saneamento básico do Brasil. (INSTITUTO TRATA BRASIL, 2018).

Novamente, tal situação remete à questão de planejamento e gestão do espaço físico-social, que deve ser discutido com a comunidade, sem deixar de se analisar as condições locais e regionais, levando em consideração fatores históricos, sociais, financeiros, tecnológicos, dentre outros.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo histórico de ocupação e expansão urbana do campus tem se assentado sobre decisões de gestores, técnicos e usuários ligados à ocupação do prédio. Constatou-se que a universidade tem se expandido fisicamente ao longo dos anos, de forma fragmentada. As construções dos espaços institucionais são discutidas com setores demandantes e futuros usuários de forma isolada, por departamentos, ou seja, não integrada a uma política de desenvolvimento urbano.

Observou-se que grande parte do planejamento dos espaços tem se pautado sobre Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC). Percebeu-se que alguns espaços construídos passaram por situações de planejamento deficiente, especialmente devido à falta de estudos de viabilidade, uma etapa que corresponde à fase preliminar de planejamento da lei 8.666/93.

O objetivo de descrever o processo histórico de ocupação e expansão urbana do campus universitário Marco Zero do Equador, identificando os principais instrumentos utilizados que balizaram o planejamento urbano da cidade universitária, poderá servir como instrumento de apoio aos futuros gestores para futuramente impulsionar a construção de um Plano Diretor. Da mesma maneira, poderá contribuir para os planos de manutenção e conservação os espaços.

Procurou-se evitar a discussão de resultados sobre a circunscrição técnica, visto que o planejamento urbano não opera sobre um único viés. Do mesmo modo, houve um esforço em coletar a diversidade de percepções em meio à pluralidade de sujeitos sociais que convivem no espaço universitário.

Como relação à pesquisa social realizada por meio de questionários junto à comunidade universitária, demonstra-se certa frustração devido ao baixo índice de retorno obtido. No entanto, verifica-se que os efeitos percebidos pela comunidade sobre as dimensões de saneamento demonstram uma acentuada insatisfação dos usuários e se relaciona como processo de planejamento e gestão de espaço urbano no campus Marco Zero do Equador.

Ao se apresentar os processos envolvidos na dinâmica de construção dos espaços públicos, o histórico de construção, e alguns problemas e deficiências

enfrentados durante a construção da cidade universitária, poderão minimizar alguns riscos para que não se repitam as mesmas falhas no comando de futuros gestores.

Da mesma forma, espera-se que novos gestores se apropriem de normas já consolidadas sobre política de urbanização, de modo a implementar uma política da construção de um plano diretor universitário. Que sejam levadas em consideração outras percepções da comunidade no processo de expansão do espaço público, trazendo-o à responsabilidade de decidir interesses coletivos de forma mais democrática no desenvolvimento de políticas públicas.

Evidenciou-se por meio de relatórios de órgãos de controle, o quão se mostram recorrentes as falhas de planejamento e gestão. Entretanto, é importante refletir sobre as condições de trabalho dos diversos atores sociais envolvidos no processo de construção do espaço em cada época, assim como sua formação profissional e limitação.

Outra reflexão que se faz na ocupação do espaço público, diz respeito à situação dos ocupantes provisórios na qualidade de trabalhadores informais que adentram diuturnamente nas dependências da universidade vendendo lanches. Qual olhar e participação da instituição na promoção desse público que algumas vezes é "convidado" a se retirar de determinados locais para não concorrer comercialmente com os que participaram de uma licitação e conseguiram o direito de vender lanches dentro campus?! Como negar visibilidade dos que não possuem condições de competir em meio ao entorno que a universidade se localiza?

A partir dessa percepção, espera-se que as transformações urbanísticas nas áreas que ainda não sofreram nenhum tipo de intervenção possam ser discutidas com a comunidade universitária, pois a construção de um plano de trabalho integrado para o desenvolvimento de novas construções dentro do Campus Marco Zero propiciará aos novos gestores um instrumento de trabalho vital para a gestão e para o desenvolvimento do físico, racional, ecológico e sustentável.

Por fim, espera-se que os gestores possam compreender que a política de planejamento e desenvolvimento urbano deve considerar não somente aos aspectos técnicos, mas também ambientais, culturais, legais, financeiros, econômicos e sociais. Diante dessas ponderações, sabe-se que os desafios são complexos, especialmente em razão dos cortes de recursos orçamentários que a maiorias das universidades devem enfrentar devido à aprovação da Emenda à

Constituição nº 55, de 2016, PEC do teto dos gastos públicos que limita os investimentos por 20 anos. Tal situação afetará não somente a construção de novos espaços, aquisição de mobiliários e equipamentos, como também de pessoal na prestação de serviços para a manutenção do bem público. Esses devem ser um dos maiores desafios a ser enfrentado pelos futuros gestores.

Levando em consideração o desenvolvimento da pesquisa, assim como a experiência profissional desta autora na Administração Pública, trazem-se algumas contribuições. A primeira percepção que se faz é: que as ações desenvolvidas pelos gestores devem estar em harmonia com direitos previstos na Constituição Federal e demais leis nas três esferas de governo, assim como entrelaçado a diversas áreas de conhecimento, para que o ciclo de política pública não seja interrompido durante a fase de execução e/ou implementação. Uma ação coordenada com outros órgãos do Estado pode minimizar, por exemplo, os riscos de paralisação de obras. Para tanto, os gestores precisam ter esse entendimento.

A segunda reflexão que se traz é sobre os recursos orçamentários, pois se eles não são suficientes para permitir a utilização e ocupação de espaços pela comunidade universitária, por que se iniciam outros que podem incorrer na mesma situação? Afinal, os gestores dispõem de poderes para decidir quais as demandas da comunidade serão as prioridades de governo, e que, por conseguinte serão as que devem seguir para as outras fases de elaboração de projeto básico e executivo. Do contrário, corre-se o risco de se ter os espaços inacabados ou inutilizados.

Ignorar a fase preliminar (Figura 7) que compreende: plano de necessidades, estudos de viabilidade - que envolvem os aspectos ambientais, arqueológicos e legais – e anteprojeto, podem frustrar diversas políticas públicas que estavam vinculadas a utilização de determinados espaços, tais como: política de assistência estudantil pela não entrega da casa do estudante e a política de saúde pela não ativação do prédio dos ambulatórios. Essas situações que comprometem as atividades de ensino, pesquisa e extensão da universidade são imensuráveis.

No caso em estudo, percebe-se que os desafios estão além da observância da questão de planejamento do espaço urbano do modo mais democrático. O espaço público deve ser concebido com recursos suficientes para garantir não somente a conclusão da obra em si, mas também de recursos materiais e humanos para permitir o funcionamento de diversas atividades. Quando se fala em

recursos humanos, deve-se considerar as condições de trabalho e limitações de todos os agentes públicos por onde transita o processo de planejamento.

REFERÊNCIAS

ALBARELLO, C. B. O papel do administrador na gestão pública. **Revista de Administração**, v. 5, n. 9, p. 49-71, 2006.

AAKER, D. A.; KUMAR, V.; DAY, G. S. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Atlas, 2004.

ALMEIDA, P. C. **Planejamento e Gestão de um Campus Universitário Sustentável: um desafio para a Cidade Universitária da UFRJ**. 2016. 156f. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Programa de Engenharia Urbana, Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://www.dissertacoes.poli.ufrj.br/dissertacoes/dissertpoli1772.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

AS CIDADES se transformam com o passar do tempo. FTD Educação. Direção: Rulian B. Maftum. Composição: João Francisco Paes. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=M3HDz4-665c>>. Acesso em: 16 ago. 17

ARENDRT, H. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

BAILER, C; TOMITCH, L. M. B; D'ELY, R. C. S. F. O planejamento como processo dinâmico: a importância do estudo piloto para uma pesquisa experimental em linguística aplicada. **Intercâmbio. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem**, v. 24, n.2, p.33-37, 2011.

BARBOSA, J.E. O uso do solo na Cidade Universitária. In: SILVEIRA NETTO, J. **contribuições para a gestão de espaços institucionais**. [S.l.;s.n],2012.

_____. O uso do solo na cidade universitária. In: SILVEIRA NETTO, J. **Contribuições para a gestão de espaços institucionais**. 2012. 141 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente) - Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia. Universidade Federal do Pará. Belém, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/9854>>. Acesso em: 29 mar. 2019.

BAUMAN, Z. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BRAGA, R. Política urbana e gestão ambiental: considerações sobre o plano diretor e o zoneamento urbano. In: CARVALHO, PF; BRAGA, R. **Perspectivas de Gestão Ambiental em Cidades Médias**. Rio Claro: LPM-UNESP, p. 95-109, 2001.

_____. Gestão ambiental no Estatuto da Cidade: alguns comentários. **Perspectivas de Gestão Ambiental em Cidades Médias**, Rio Claro, v.6, n.5, p. 95-119, 2001.

_____. **Política urbana e gestão ambiental:** considerações sobre o plano diretor e o zoneamento urbano. Disponível em:
<<http://www.redbcm.com.br/arquivos/bibliografia/pol%C3%ADtica%20urbana%20e%20gest%C3%A3o%20ambiental.pdf>>. Acesso 16.ago. 2017.

BRANDLI, L. L. et al. **A sustentabilidade ambiental na infra-estrutura de um campus universitário: ações.** In: In: XII Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído da ANTAC, 2008, Fortaleza –CE.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 05 fev.2014.

_____. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 10 jul. 2001. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>. Acesso em: 05 fev.2014.

_____. Ministério das Cidades. **Plano Diretor Participativo: guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos.** Brasília: Ministério das Cidades, 2004.

CASSAB, L.A. História oral: miúdas considerações para a pesquisa em serviçosocial. **Serviço Social em Revista**, v.5, n. 2, p.34-37, out.2003.

CASTEL. M. **Redes de indignação e esperança:** movimentos sociais na era da internet. Rio e Janeiro: Zahar, 2013.

CHALAS, Y. O Urbanismo: pensamento fraco e pensamento prático. In: PEREIRA, E. M. **Planejamento Urbano no Brasil:** conceitos, diálogos e práticas. Chapecó: Argos, 2008.

CIDADE de Papel: uma história urbana. ONU Brasil. Vídeo: Animação retratando os atuais desafios urbanos. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=pj2Xwrq2n-o>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

COLOSSO, P. **A crítica de Henri Lefebvre ao urbanismo moderno.** [S.l.;s.n], 2016. Disponível em
<<http://www.iau.usp.br/shcu2016/anais/wpcontent/uploads/pdfs/06.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2017.

CORREA, R. L. **Região e organização do espaço.** São Paulo: Ática, 1990.

COSTA, M. H. B. C. et al. **Participação democrática e planejamento urbano: o Conselho de Política Urbana e as Conferências de Política Urbana em Belo Horizonte.** Belo Horizonte:[s.n],2011.

CUSTODIO, M. M; VIEIRA, E. G. O desenvolvimento sustentável à luz do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. **Meritum, revista de Direito da Universidade FUMEC**, v. 10, n. 1, p.45-52, out.2015.

DALFOVO, M. S.; LANA, R. A.; SILVEIRA, A. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, v. 2, n. 4, p. 1–13, 2008.

DAHL, R. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: Edusp, 1997.

DAHL, R. **Sobre a democracia**. Brasília: EdUNB,2001.

DE OLIVEIRA, M. F. **Metodologia científica**: um manual para a realização de pesquisas em Administração. [S.l;s.n], 2011.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. **O tempo e a cidade**. Porto Alegre: EdUFRGS, 2005.

FAVERO, C. G. **Avaliação de programas públicos**: sistema de avaliação do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização aplicado na Marinha do Brasil: o caso do Programa Netuno. [S.l;s.n],2010.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Trad. Roberto Machado. 26.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008a.

_____. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Tradução de Ligia M. Pondé Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. **Vigiar e punir**: a história da violência nas prisões. Traduzido por Raquel Ramalhe. 2. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.

GAION, P. P. **Diretrizes de planejamento e projeto urbano sustentável de campi universitários**: o caso da UFSCar. [S.l;s.n], 2013.

GARCIA, R. G; FARIAS FILHO, M. C; HERREROS, M. M. A. G. A institucionalização do planejamento na gestão universitária. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v. 6, n. 3, p. 252-268, 2013.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5.ed. São Paulo: Atlas,1999.

GOTTMANN. J. **A evolução do conceito de território** (Boletim Campineiro de Geografia). 2012.

GUSMÃO, J. R. L. **Planejamento na contratação de obras públicas**: estudo das disposições legais sobre projeto básico, licenciamento ambiental, definição dos custos e fonte dos recursos no processo de contratação de empreendimentos públicos. 2008. 96f. Monografia (MBA em Gerenciamento de Obras) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

HAESBAERT, R. Dês-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, A. D; SPOSITO E. S; SAQUET, M. A. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 nov. 2015.

INGLEHART, R; WELZEL, C. **Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano**. São Paulo: Francis, 2009.

JÚNIOR, V. M. Planejamento universitário: ato racional, político ou simbólico-um estudo de universidades brasileiras. **Revista Alcance**, v. 12, n. 3, p. 373-390, set.dez, 2008.

KRUMMENAUER, V. R. M. M. Diretora de Planejamento Urbano de Blumenau. **Entrevista concedida aos Pesquisadores do Laboratório Cidade e Sociedade (LABCIS)**, na Prefeitura Municipal. Blumenau, 19 de abril de 2012.

LAKATOS, E; MARCONI, M.A. **Metodologia do trabalho científico**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. 5.ed. São Paulo: Centauro, 2001.

MAÇÃES, M. A. R. **Manual de Gestão Moderna: teoria e prática**. [S.l]: Leya, 2014.

MATEUS JUNIOR, J. R. **Diretrizes para uso das ferramentas de avaliação de carga física de trabalho em ergonomia: equação NOISH e Protocolo RULA**. 2009. 151 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

MARTINS, F. A. S. **O processo de produção do espaço construído: o caso da UFSCar**. 1986. 132f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) –Escola de Engenharia de São Carlos, São Carlos, 1986.

MEYER JR., V. Considerações sobre o planejamento estratégico na universidade. In: FINGER, A. P. **Universidade: organização, planejamento e gestão**. Florianópolis: NUPEAU, OEA/UFSC, 1988.

OLIVEIRA, M. **Universidade e sustentabilidade: proposta de diretrizes e ações para uma universidade ambientalmente sustentável**. 2009. 176f. Dissertação (Mestrado em Ecologia). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais**. São Paulo: Edusp, 1999.

PEREIRA, E. M. Urbanidade e Sustentabilidade de Espaços Públicos. In: **Anais X Encontro Nacional da ANPUR**. Belo Horizonte: ANPUR, 2003.

PEREIRA, E. M. **Planejamento urbano no Brasil: conceitos, diálogos e práticas.** [S.l.], Argos, 2013.

RICHARDSON, R. et al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 1999.

RIBEIRO, E. A. Valores pós-materialistas e adesão normativa à democracia entre os brasileiros. **Revista Debates**, v. 2, n. 2, p. 103–133, jul.-dez.2008.

RIBEIRO, A. L. et al. Avaliação de barreiras para implementação de um sistema de gestão ambiental na UFRGS. **XXV Encontro Nacional de Engenharia de Produção, Porto Alegre, RS**, 2005. Disponível em <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2005_enegep1002_1755.pdf>. Acesso em 9 janeiro de 2018.

SABOYA, R. T. **Construção de um sistema de suporte à elaboração de planos diretores participativos.** Florianópolis, 2007. 231 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico.

SANTOS, A. L. **Políticas Públicas de Desenvolvimento Urbano: significado e condições para a participação no planejamento das cidades brasileiras.** [S.l.;s.n], 2011.

SANTOS, M. A **Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4. ed São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional.** 5. ed São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **O Espaço do Cidadão.** 7.ed São Paulo: Edusp, 2007.

_____. **Pensando o espaço do homem.** 4.ed São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **O espaço & método.** São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M; BECKER, B. et al. **Território, territórios : ensaios sobre o ordenamento territorial.** 3. ed. Rio de Janeiro : Lamparina, 2007.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa das relações sociais.** São Paulo: Herder, 1965.

SILVA, J. A. **Direito urbanístico brasileiro.** 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

SILVA, N. F et.al. **Perspectivas de micro e mini geração de energias renováveis em instituições públicas: um estudo de caso no IFSUL-Campus Bagé.** Bagé: [s.n], 2018.

SOUZA, C. L; AWAD, J. M. **Cidades sustentáveis, cidades inteligentes.** [S.l.;s.n], 2012.

SOUZA, M. L. **A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e gestão das cidades.** Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.

_____. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002

SOUZA, M. J. L; RODRIGUES, G. B. **Planejamento urbano e ativismos sociais.** São Paulo: Unesp, 2004.

SOUZA, M. J. L. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos.** [S.l]: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **A cidade, mudar: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

STEVES, J.C; FALCOSKI, L. A. N. **Gestão de projetos em universidades públicas: estudos de caso.** In: 2º Simpósio Brasileiro de Qualidade do Projeto no Ambiente Construído e X Workshop Brasileiro de Gestão do Processo de Projeto na construção de Edifícios, 2011, Rio de Janeiro RJ. Anais PROARQ/FAU e PPG

TAUCHEN, J.; BRANDLI. L.L. A gestão ambiental em instituições de ensino superior: modelo para implantação em campus universitário. **Gestão e Produção**, v.13, n.3, p 503-515, 2006.

TOSTES. J.A. **Planos Diretores no estado do Amapá: uma contribuição para o Desenvolvimento Regional.** Macapá: EdUNIFAP, 2018.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Eu Fiscalizo – Resíduos Sólidos.** TCU, 4 ago. 2017. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/lixo-o-eufiscalizo-explica-porque-nao-e-bem-assim-1.htm>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI):2015-2019.** Disponível em: < <http://www2.unifap.br/pdi/files/2009/08/PDI-2015-2019-UNIFAP.pdf> >. Acesso em: 06 jan.2017.

ZIKMUND, W. G. **Business research methods.** 5.ed. Fort Worth, TX: Dryden, 2000.

WEBER, M. **Os fundamentos da organização burocrática: sociologia da burocracia.** Rio de Janeiro: Zahar.

ANEXO

ANEXO A – Parecer do Comitê de Ética

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAPÁ - UNIFAP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Política Urbana

Pesquisador: CRISTIANE LAMEIRA VASCONCELLOS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 08912819.0.0000.0003

Instituição Proponente: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.237.550

Apresentação do Projeto:

Conforme o parecer anterior

Objetivo da Pesquisa:

Conforme o parecer anterior

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Conforme o parecer anterior

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante e exequível

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Termos de acordo com as resoluções 466/2012 e 510/2016

Recomendações:

Sem recomendações

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Endereço: Rodovia Juscelino Kubitschek de Oliveira - Km.02

Bairro: Bairro Universidade CEP: 68.902-290

UF: AP Município: MACAPÁ

Telefone: (96)4009-2805 Fax: (96)4009-2804 E-mail: cep@unifap.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAPÁ - UNIFAP**



Continuação do Parecer: 3.237.550

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1275093.pdf	23/03/2019 01:42:07		Aceito
Outros	Atualizacaoocronograma.pdf	23/03/2019 01:28:28	CRISTIANE LAMEIRA	Aceito
Parecer Anterior	PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_GEP_3216708.pdf	23/03/2019 01:27:45	CRISTIANE LAMEIRA	Aceito
Brochura Pesquisa	BrochuraPesquisacrismodcrono.docx	23/03/2019 01:26:48	CRISTIANE LAMEIRA	Aceito
Outros	Gestorescep.pdf	23/03/2019 01:24:24	CRISTIANE LAMEIRA	Aceito
Outros	formulariocomunidadecep.pdf	23/03/2019 01:20:17	CRISTIANE LAMEIRA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.doc	23/03/2019 00:47:31	CRISTIANE LAMEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEcepunifap.doc	23/03/2019 00:34:01	CRISTIANE LAMEIRA VASCONCELLOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoDetalhado.docx	20/02/2019 00:56:23	CRISTIANE LAMEIRA VASCONCELLOS	Aceito
Brochura Pesquisa	BrochuraPesquisacris.docx	20/02/2019 00:52:08	CRISTIANE LAMEIRA	Aceito
Outros	formulariocomunidade.pdf	19/02/2019 17:39:02	CRISTIANE LAMEIRA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	declaracaoinstituicao.pdf	19/02/2019 16:47:53	CRISTIANE LAMEIRA VASCONCELLOS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	declaracaopesquisadora.pdf	19/02/2019 16:46:49	CRISTIANE LAMEIRA	Aceito
Folha de Rosto	foihaderostocris.pdf	19/02/2019 16:31:17	CRISTIANE LAMEIRA	Aceito
Outros	RESUMOCris.docx	19/02/2019 16:20:46	CRISTIANE LAMEIRA	Aceito
Outros	portariacristiane.pdf	19/02/2019 16:20:23	CRISTIANE LAMEIRA	Aceito
Outros	FOLHADEROOSTO.jpeg	19/02/2019 16:14:52	CRISTIANE LAMEIRA	Aceito
Outros	CARTAANUENCIA.jpeg	27/12/2018 17:37:00	CRISTIANE LAMEIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Endereço: Rodovia Juscelino Kubitschek de Oliveira - Km.02
 Bairro: Bairro Universidade CEP: 68.903-260
 UF: AP Município: MACAPÁ
 Telefone: (96)4009-2605 Fax: (96)4009-2604 E-mail: cep@unifap.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAPÁ - UNIFAP



Continuação do Parecer: 3.237.550

Não

MACAPÁ, 01 de Abril de 2019

Assinado por:
RAPHAELLE SOUSA BORGES
(Coordenador(a))

Endereço: Rodovia Juscelino Kubitschek de Oliveira - Km.02
Bairro: Bairro Universidade CEP: 68.903-260
UF: AP Município: MACAPÁ
Telefone: (96)4009-2805 Fax: (96)4009-2804 E-mail: cep@unifap.br

APÊNDICES

APENDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

(Resolução 466/2012 CNS/CONEP)

O Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa intitulado “A Política de Urbanização na Universidade Federal do Amapá – Campus Marco Zero do Equador: Do Planejamento à Gestão do Espaço Público”. Os objetivos desta pesquisa consistem em investigar o processo histórico de ocupação do solo, apresentar as diretrizes que balizaram o processo construção e os principais efeitos percebidos sobre a infraestrutura existente sob o ponto de vista da comunidade universitária. Para realizar o estudo será necessário que o(a) Sr.(a) se disponibilize a participar de entrevistas, questionários previamente agendadas a sua conveniência. Para a instituição e para sociedade, esta pesquisa servirá como parâmetro para compreender a dinâmica de ocupação e construção do espaço público. Os possíveis riscos da sua participação nesta pesquisa são pequenos, estão relacionados em parte de seu tempo de aproximadamente 5 minutos em responder as questões e de algum desconforto psicológico. A sua participação é voluntária, não envolvendo qualquer tipo de custos ou remuneração. Em virtude das informações coletadas serem utilizadas unicamente com fins científicos, sendo garantidos o total sigilo e confidencialidade, através da assinatura deste termo, o qual o(a) Sr.(a) receberá uma cópia.

Esclarecemos que as respostas serão divulgadas na forma de pesquisa, de modo que não possibilitará a identificação de nenhum participante.

O benefício da pesquisa poderá contribuir para a construção de políticas públicas de um planejamento urbano mais participativo e gestão democrática dos espaços.

Ratifica-se o caráter confidencial das questões e o compromisso de preservar o seu anonimato quanto às informações.

Benefícios e riscos: os resultados serão divulgados em diversos meios científicos e poderão ser utilizados para fins de gestão, planejamento ou elaboração de política urbana. O estudo tem caráter exclusivamente acadêmico e não resultará em implicações empregatícias ou hierárquicas aos seus integrantes.

O(a) Sr.(a) terá o direito e a liberdade de negar-se a participar desta pesquisa total ou parcialmente ou dela retirar-se a qualquer momento, sem que isto lhe traga qualquer prejuízo com relação ao seu atendimento nesta instituição, de acordo com a Resolução CNS nº466/12 e complementares.

Para qualquer esclarecimento no decorrer da sua participação, estarei disponível através do telefone: 96-98142-7259. O senhor (a) também poderá entrar em contato com , o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Amapá Rodovia JK, s/n – Bairro Marco Zero do Equador - Macapá/AP, para obter informações sobre esta pesquisa e/ou sobre a sua participação, através dos telefones 4009-2804, 4009- 2805. Desde já agradecemos!

Eu _____(nome por extenso) declaro que após ter sido esclarecido (a) pela pesquisadora, lido o presente termo, e entendido tudo o que me foi explicado, concordo em participar da Pesquisa intitulada “A Política de Urbanização na Universidade Federal do Amapá – Campus Marco Zero do Equador: Do Planejamento à Gestão do Espaço Público”.

Macapá, ____ de _____ de 20__.

Cristiane Lameira Vasconcellos

Pesquisadora–Mestrando em Planejamento e Políticas Públicas /UECE

Cel: 96-98142-7259

e-mail:cristianevasconcellos@yahoo.com.br

Assinatura do participante

APENDICE B – Questionário Gestores

Pesquisa - Gestores

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) (Resolução 466/2012 CNS/CONEP) –

O Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa intitulado “A Política de Urbanização na Universidade Federal do Amapá – Campus Marco Zero do Equador: Do Planejamento à Gestão do Espaço Público”. Os objetivos desta pesquisa consistem em investigar o processo histórico de ocupação do solo, apresentar as diretrizes que balizaram o processo construção e os principais efeitos percebidos sobre a infraestrutura existente sob o ponto de vista da comunidade universitária. Para realizar o estudo será necessário que o(a) Sr.(a) se disponibilize a participar. Para a instituição e para a sociedade, esta pesquisa servirá como parâmetro para compreender a dinâmica de ocupação e construção do espaço público. Os possíveis riscos da sua participação nesta pesquisa são pequenos, e estão relacionados em parte de seu tempo de aproximadamente 5 minutos em responder as questões e de algum desconforto psicológico. A sua participação é voluntária, não envolvendo qualquer tipo de custos ou remuneração. Em virtude das informações coletadas serem utilizadas unicamente com fins científicos, sendo garantidos o total sigilo e confidencialidade. Esclarecemos que as respostas serão divulgadas na forma de pesquisa, de modo que não possibilitará a identificação de nenhum participante.

O benefício da pesquisa poderá contribuir para a construção de políticas públicas de um planejamento urbano mais participativo e gestão democrática dos espaços. Ratifica-se o caráter confidencial das questões e o compromisso de preservar o seu anonimato quanto às informações.

Benefícios e riscos: os resultados serão divulgados em diversos meios científicos e poderão ser utilizados para fins de gestão, planejamento ou elaboração de política urbana. O estudo tem caráter exclusivamente acadêmico e não resultará em implicações empregatícias ou hierárquicas aos seus integrantes. O(a) Sr.(a) terá o direito e a liberdade de negar-se a participar desta pesquisa total ou parcialmente ou dela retirar-se a qualquer momento, sem que isto lhe traga

qualquer prejuízo com relação ao seu atendimento nesta instituição, de acordo com a Resolução CNS nº466/12 e complementares.

Para qualquer esclarecimento no decorrer da sua participação, estarei disponível através do telefone: 96-98142-7259. O senhor (a) também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Amapá. End.: Rodovia JK, s/n – Bairro Marco Zero do Equador - Macapá/AP, para obter informações sobre esta pesquisa e/ou sobre a sua participação, através dos telefones 4009-2804, 4009- 2805. Desde já agradecemos!

Cristiane Lameira Vasconcellos

Pesquisadora – Mestranda em Planejamento e Políticas Públicas /Universidade Estadual do Ceará/UECE

Cel: 96-98142-7259

e-mail: cristianevasconcellos@yahoo.com.br

Orientadora: Roselane Gomes Bezerra

*Obrigatório

1. Você aceita participar da pesquisa? *

_____ Sim, aceito participar.

2. Qual seu vínculo com a Universidade? *

Marque todas que se aplicam.

- Servidor (a) concursado (a)
- Servidor (a) comissionado (a)

3. Quanto tempo você trabalhou ou possui no serviço público?

Marcar apenas uma oval.

- 1 a 5 anos
- 6 a 10 anos
- 11 a 20 anos
- 21 a 30 anos
- acima de 30 anos

4. Você recebeu algum tipo de capacitação ou treinamento para atuar como gestor?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

5. Atribua uma nota para capacitação ou treinamento recebido
Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Insatisfatóri
o

Satisfatório

6. Qual sua idade?
Marcar apenas uma oval.

- 18 a 29 anos
- 30 a 39 anos
- 40 a 49 anos
- 50 a 59 anos
- Acima de 60 anos

7. Quanto tempo você atuou como gestor(a)?
Marcar apenas uma oval.

- De 1 a 3anos
- De 3 a 5 anos
- Mais de 5 anos

8. Qual seu conhecimento sobre Plano Diretor?

9. Quais diretrizes definiram ou definem a construção de novos espaços dentro Campus Marco Zero do Equador durante o período em que você atuou como gestor?

10. De que forma a comunidade participou ou participa do processo de planejamento para a construção e expansão no Campus Marco Zero do Equador?

11. Quais fatores dificultaram ou impediram a realização do Plano Diretor durante o período em que você atuou como gestor?

12. Você gostaria participar de uma entrevista pessoalmente?
Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

Deixe seu email caso tenha interesse em participar de uma entrevista pessoalmente

APENDICE C – Questionário Comunidade Acadêmica

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)
(Resolução 466/2012 CNS/CONEP) –

O Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa intitulado “A Política de Urbanização na Universidade Federal do Amapá – Campus Marco Zero do Equador: Do Planejamento à Gestão do Espaço Público”. Os objetivos desta pesquisa consistem em investigar o processo histórico de ocupação do solo, apresentar as diretrizes que balizaram o processo construção e os principais efeitos percebidos sobre a infraestrutura existente sob o ponto de vista da comunidade universitária. Para realizar o estudo será necessário que o(a) Sr.(a) se disponibilize a participar. Para a instituição e para a sociedade, esta pesquisa servirá como parâmetro para compreender a dinâmica de ocupação e construção do espaço público. Os possíveis riscos da sua participação nesta pesquisa são pequenos, e estão relacionados em parte de seu tempo de aproximadamente 5 minutos em responder as questões e de algum desconforto psicológico. A sua participação é voluntária, não envolvendo qualquer tipo de custos ou remuneração. Em virtude das informações coletadas serem utilizadas unicamente com fins científicos, sendo garantidos o total sigilo e confidencialidade. Esclarecemos que as respostas serão divulgadas na forma de pesquisa, de modo que não possibilitará a identificação de nenhum participante.

O benefício da pesquisa poderá contribuir para a construção de políticas públicas de um planejamento urbano mais participativo e gestão democrática dos espaços. Ratifica-se o caráter confidencial das questões e o compromisso de preservar o seu anonimato quanto às informações.

Benefícios e riscos: os resultados serão divulgados em diversos meios científicos e poderão ser utilizados para fins de gestão, planejamento ou elaboração de política urbana. O estudo tem caráter exclusivamente acadêmico e não resultará em implicações empregatícias ou hierárquicas aos seus integrantes. O(a) Sr.(a) terá o direito e a liberdade de negar-se a participar desta pesquisa total ou parcialmente ou dela retirar-se a qualquer momento, sem que isto lhe traga

qualquer prejuízo com relação ao seu atendimento nesta instituição, de acordo com a Resolução CNS nº466/12 e complementares.

Para qualquer esclarecimento no decorrer da sua participação, estarei disponível através do telefone: 96-98142-7259. O senhor (a) também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Amapá. End.: Rodovia JK, s/n – Bairro Marco Zero do Equador - Macapá/AP, para obter informações sobre esta pesquisa e/ou sobre a sua participação, através dos telefones 4009-2804, 4009- 2805. Desde já agradecemos!

Cristiane Lameira Vasconcellos

Pesquisadora – Mestranda em Planejamento e Políticas Públicas /Universidade Estadual do Ceará/UECE

Cel: 96-98142-7259

e-mail: cristianevasconcellos@yahoo.com.br

Orientadora: Roselane Gomes Bezerra

1. Você aceita participar da pesquisa? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim, aceito participar
- Não desejo participar

2. Qual seu vínculo com a Universidade Federal do Amapá? *

Marque todas que se aplicam.

- Técnico Administrativo
- Aluno
- Professor
- Outro

3. Qual campus você trabalha ou estuda?

Marcar apenas uma oval.

- Campus Marco Zero - Macapá
- Campus Santana
- Campus Oiapoque
- Campus Laranjal do Jari
- Campus Mazagão
- Não se aplica

4. Qual seu sexo?

Marcar apenas uma oval.

- Masculino
- Feminino

5. Qual sua idade?

Marcar apenas uma oval.

- 15 a 17 anos
- 18 a 29 anos
- 30 a 39 anos
- 40 a 49 anos
- 50 a 59 anos
- Acima de 60 anos

6. Como você classifica as condições de infraestrutura existente do Campus Marco Zero do Equador, da UNIFAP? *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Péssimo	Ruim	Regular	Bom	Ótimo
Acessibilidade	<input type="radio"/>				
Abastecimento de água	<input type="radio"/>				
Fornecimento de energia elétrica	<input type="radio"/>				
Escoamento de águas da chuva	<input type="radio"/>				
Esgotamento sanitário	<input type="radio"/>				
Coleta de resíduos / lixo	<input type="radio"/>				
Vagas de estacionamento	<input type="radio"/>				
Pavimentação das vias de transporte	<input type="radio"/>				
Passarelas	<input type="radio"/>				
Sinalização e identificação	<input type="radio"/>				

7. **Qual nota você atribui para a urbanização do Campus Universitário Marco Zero do Equador (UNIFAP)? ***

Marcar apenas uma oval.

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
<input type="radio"/>										

8. **Você participa do processo de planejamento urbano do campus universitário? ***

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

9. **Você gostaria de participar do processo de planejamento urbano do campus universitário? ***

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

10. **Na sua opinião, os usuários contribuem para a preservação dos bens dentro da universidade? ***

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

11. **Comentários e sugestões**

Powered by



APENDICE D – Entrevistas Gestores

1. Você poderia acrescentar/esclarecer melhor sua resposta sobre alguma pergunta do questionário *online*?
2. Quais as maiores dificuldades enfrentadas pela instituição na implementação de uma política de desenvolvimento urbano no campus universitário marco zero do Equador assentada no Plano Diretor?
3. Na sua opinião, quais são os efeitos da expansão do espaço universitário sem base um Plano Diretor?

APENDICE E – QR CODE do Questionário Comunidade Acadêmica

ALUNOS, PROFESSORES, TÉCNICOS E COMUNIDADE

Em apenas 30 segundos

QUEREMOS OUVIR VOCÊ.

**PARTICIPE DA PESQUISA SOBRE
A ESTRUTURA DA UNIFAP!**



<https://forms.gle/quAEAjzQDViz71mA6>

A SUA PARTICIPAÇÃO É MUITO IMPORTANTE

IPHONE

Acione o modo foto e clique no alerta de Qrcode que aparecerá!

ANDROID

Use o App de leitor de Qrcode, ou acesse pelo link acima.